



SOLIDARIEDADE

REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE

Em setembro há apoio extraordinário ao Setor Social Solidário

SEMINÁRIO SOBRE SEXUALIDADE ENTRE OS IDOSOS APOIADOS PELAS IPSS

Quebrar o tabu



UDIPSS SANTARÉM
IPSS investem no futuro
e conseguiram 42 milhões
de euros do PRR



VALE DE FIGUEIRA
Aposta na Inovação Social
leva CBES a criar uma estufa
ativa e bioterapêutica



GLÓRIA DO RIBATEJO
Após calvário de sete meses,
finalmente, a sonhada ERPI
está a ser construída

iD

Aprovado por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



A autonomia das IPSS é a cura da cooperação

Tenho de o escrever. E tratando-se de coisa jurídica, escrevo-o como quem, durante longos anos, tem sido promotor social em variados setores, menos na deficiência. É um certificado mesmo. Aqui vai: há muitos anos que sinto que a cooperação está doente, se, alguma vez, esteve de plena saúde. Ou seja, a relação de cooperação entre Estado e Instituições Particulares de Solidariedade Social, apesar dos esforços que se têm vindo a fazer, continua com algumas debilidades que afetam, particularmente, a tão propalada autonomia das instituições, mas que, na prática, não ser isso que acontece.

O histórico da doença é relativamente simples: em 2007 agarraram no regime de contraordenações, que se aplicava apenas a estabelecimentos lucrativos, e deu-se um episódio agudo: decidiram que se ia aplicar também aos não lucrativos. Este episódio não foi devidamente tratado, tendo como sequelas o surgimento de portarias cada vez mais inconstitucionais, começando em 2011 com a fixação, pela primeira vez, de quadros de pessoal obrigatórios. Em 2014, um novo episódio agudo viria a iniciar um declínio de saúde mais acentuado, com a revisão do montante das coimas de contraordenação e a moralização de serviços de fiscalização que há anos aguardavam pela afirmação da sua relevância.

Não é seguro que se trate de quadro crónico, por isso convém investigar as causas desta doença para receitar alguma terapia.

Começemos pela ausência de responsabilidade do Estado. Diz a Lei que a relação de cooperação assenta na partilha de responsabilidades. Não é o que acontece: as IPSS são punidas, mesmo quando o Estado falha no apoio técnico.

De seguida, a imposição do poder do Estado. Diz a Lei (e bem ou seria inconstitucional e ilegal) que “o apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das instituições” (v. 4.º/4 do DL n.º 119/83). Mas toda a gente parece convencida que, como o Estado paga, o Estado manda.

Depois, o acompanhamento. Diz a regulamentação

que o apoio técnico é obrigação do Estado, enquanto devedor. Mas nas ações parece que são as IPSS as devedoras de serem acompanhadas. Chegamos mesmo ao absurdo de haver checklists, para não haver dúvidas de que estamos a contabilizar o estado da dívida.

Finalmente, as portarias. Textos tão pobres que chegam mesmo a usar termos como “rescisão”, coisa que, segundo alguns juristas, inexiste no Direito português há décadas. No fundo, trata-se de uma régua que mede coisas diferentes, como se fossem iguais, sancionando tudo o que sai de diferente. Até aqui, o Estado se desresponsabiliza de apoiar: sendo todas iguais, não é preciso apoiar, basta sancionar o que é diferente.

E depois as sanções. Como é que se aplica coimas a quem só falha por falta de apoio técnico do Estado?

Finalmente, a fiscalização. Em vez de encontrar e punir casos graves excecionais, estabelece-se um relacionamento persecutório com instituições por formalismos, quantas vezes irrelevantes, quando essa relação deveria ser mais um acompanhamento técnico-pedagógico.

Por esta altura o leitor já descobriu que por erro ou excesso de regulação se paralisa, muitas vezes, a ação. Esta situação gera um mal que é a falta de liberdade. E também já concluiu que um setor que apoia pessoas, se arrisca ficar paralisado, arrisca ficar seriamente doente. Estou, plenamente, convencido de que não há outra terapia que não seja a de garantir precisamente que ele se mexe, é reconhecer-lhe a sua liberdade. A cura é a autonomia.

E isso começa com a aceitação de uma noção básica: juridicamente, as Instituições Particulares de Solidariedade Social da importância que estas têm na sociedade, sendo-lhes reconhecido um estatuto constitucional relevante e devem ser respeitadas nessa medida. Basta recordar que, na Constituição da República Portuguesa, a liberdade de ação das IPSS resulta do elenco dos direitos fundamentais.

No diálogo entre Estado e Setor Social e

Solidário, em particular na sua forma normativa, é tempo de se entender as normas fundamentais da República Portuguesa e se entenda cooperação como igualdade entre as partes e que os representantes do Estado não pugnem tanto pelo exercício desmedido de autoridade e comece a compreender que é devedora de milhares e milhares de mulheres e de homens de respeito institucional, mas acima de tudo de apoio, técnico e financeiro, de reconhecimento e de agradecimento. Reitero que as situações dolosas descobertas, devem ser entregues à Justiça e por esta bem responsabilizadas.

Aqui está a solução: mais respeito institucional para as IPSS, mais apoio técnico e financeiro para as suas respostas sociais e, tudo isto, como reconhecimento e acompanhado, sempre, de agradecimento por parte do Estado e das suas entidades envolvidas.

A este propósito, lembro que, em cumprimento do programa do atual Governo e do Compromisso para a Cooperação, foi constituído um Grupo de Trabalho para a definição de uma fórmula de financiamento para cada resposta social o que, na prática, abre a discussão sobre o atual modelo da cooperação e a necessidade de inovar usando exemplos que estão no terreno e que deviam ser avaliados, talvez melhorados, mas aproveitados como experiência.

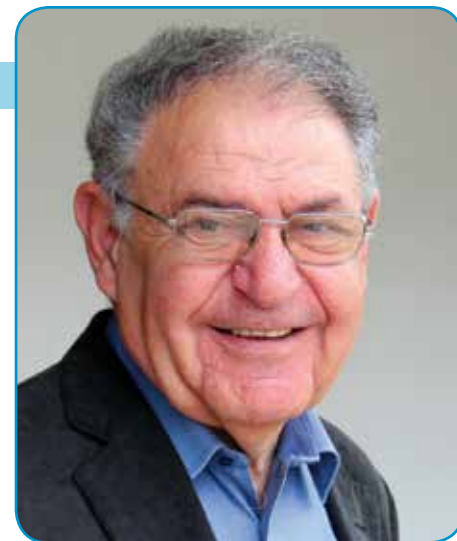
A cooperação está doente, repito.

E para quem lhe nega a cura, se estiver a ler estas linhas, é natural que sinta algum ou total desacordo. Pode pensar que procuro fragilizar a defesa da administração pública. Não é nada disso. Para além de estar a fundamentar-me na Lei Fundamental do nosso país e, teoricamente, num princípio que dá solidez a qualquer regime democrático que é a subsidiariedade, eu tenho assistido a algumas iniciativas das instituições públicas, representadas pelos seus técnicos, em que é notória o desrespeito pela a autonomia das IPSS em causa e, em termos de cooperação, o resultado para o Estado não é brilhante.

E assim termino dizendo: é do interesse de todos curar a cooperação, mas é, em primeira linha, interesse do Estado fazê-lo.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



O Compromisso de Cooperação: Saúde

2 - RNCCI – REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

A alteração do **modelo de funcionamento e financiamento da RNCCI**, através de Grupo de Trabalho a constituir, com a participação das ERSSS, prevista em vários Compromissos de Cooperação, tem vindo a ser **sucessivamente adiada**, comprometendo o bom funcionamento, sustentabilidade e expansão das diferentes tipologias de unidades de cuidados continuados e a consequente cobertura nacional da RNCCI.

Deste modo, e estando prestes a ser ultrapassado o prazo estabelecido no Compromisso de Cooperação – final do 1.º semestre de 2024 (Cláusula I, 10 da Área Estratégica de Cuidados de Saúde e Apoio Social – **urge iniciar estes trabalhos** de modo a permitir cumprir o compromisso de **introduzir as alterações resultantes deste no modelo de funcionamento e financiamento no início do 3º trimestre de 2024**.

Em paralelo, reforçamos o entendimento quanto à imprescindibilidade de serem definidos os termos que permitam a **contratualização de cuidados continuados domiciliários em regime de complementaridade com o SNS**, tal como referido no ponto 1.1.

3 - RNCCISM – REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS DE SAÚDE MENTAL

Pendente há vários anos, e comprometendo o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes que permanecem entre processos de **indefinição de transição ou não das respostas para a RNCCISM**, é imperioso que seja realizada, com a maior brevidade, a avaliação das **respostas desenvolvidas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 junho e definido o seu futuro**. Em paralelo, e tendo por base os resultados da avaliação das experiências piloto – e respetiva prorrogação – das respostas no âmbito da RNCCISM é essencial que seja efetuada a **adequação e alargamento das respostas desenvolvidas no âmbito dos cuidados continuados de saúde mental**.

Enquanto parceiros na comunidade, e com experiência na prestação de cuidados a pessoas com doença mental e demência, devem ser

DR



desenvolvidos serviços e programas adequados, atempados e abrangentes, às necessidades de cuidados de saúde mental para a população.

4 - CUIDADOR INFORMAL

A operacionalização das **medidas de apoio ao Cuidador Informal** implica uma forte articulação entre os serviços de saúde e de segurança social, bem como com as instituições do setor social e solidário, pelo que é **urgente rever o atual enquadramento legal** (prazo já ultrapassado, estando prevista a sua concretização até ao final do 1º trimestre de 2024 – Cláusula IV, 2 da Área Estratégica referida).

É igualmente fundamental a definição da implementação, em articulação com as ERSSS, de medidas de apoio a cuidadores informais que visem a **promoção da capacitação e literacia**.

Simultaneamente, é da maior relevância que se proceda à **definição dos termos de referência no âmbito da RNCCISM e da demência para descanso do cuidador informal**, prevista

no Compromisso de Cooperação como a ocorrer durante o ano de 2024.

5 - ALTAS HOSPITALARES

Decorrido mais de um ano da implementação da Portaria n.º 38-A/2023, de 2 de fevereiro para integração temporária de **utentes com alta clínica e sem alta social em respostas residenciais** do setor social e solidário, bem como tendo por base os últimos resultados do Barómetro de Internamentos Sociais, é imperioso proceder-se à **avaliação** desta medida, bem como **consensualizar com as ERSSS a melhor resposta para as necessidades contínuas destas pessoas**, garantindo a dignidade a que têm direito.

Cientes da importância de todas estas matérias para a melhoria da prestação de cuidados de saúde em Portugal, e reafirmando o Setor Social e Solidário como um parceiro, a CNIS reitera a sua total disponibilidade para trabalhar todas estas matérias com a brevidade que exigem.

CNIS APRESENTOU DO ESTUDO EM LISBOA

Secretária de Estado não ficou surpreendida mas sim preocupada com os dados apresentados

“Não estou surpreendida com os resultados do estudo, porque conheço bem o sector, mas estou preocupada, porque demonstra os problemas de sustentabilidade das instituições”, afirmou, aos jornalistas, a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, no final da sessão de apresentação da 4ª edição do estudo, promovido pela CNIS, «A importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2021».

“O que mais me preocupa é a sustentabilidade das instituições e é nisso que estamos a trabalhar”, sustentou a governante, no final da cerimónia, que decorreu no auditório da Fundação BPI “la Caixa”, em Lisboa, no dia 9 de julho.

A secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão revelou que antes do final de julho serão conhecidos os resultados do grupo de trabalho que está dedicado a avaliar os custos das respostas sociais, para, então, se encontrar o valor da comparticipação a ser pago em 2025.

Clara Marques Mendes disse que, “no dia 26 de julho vai haver nova reunião com os representantes do sector social, para fechar o custo real das várias respostas sociais”, nesse sentido, lembrou que isto é determinante para encontrar o valor das atualizações das comparticipações pagas ao setor social em 2025, “tendo como objetivo alcançar o teto de 50% de forma faseada”.

A secretária de Estado garantiu que pretende dar continuidade ao compromisso assumido pelo anterior governo, de comparticipar em 50% as respostas sociais até 2026, mas frisou que atualmente desconhece o valor real de cada valência.

“Nós não podemos dizer com certeza qual é a percentagem que está para chegarmos aos 50%, ou seja, a percentagem que falta, mas



é nisso que vamos trabalhar e é essa maior objetividade que estamos a tentar alcançar”, sublinhou, acrescentando que a informação que tem chegado ao governo, através do grupo de trabalho, é que “as atualizações têm sido manifestamente insuficientes e não têm em conta os impactos dos custos”.

Uma vez mais o estudo da CNIS demonstra que as IPSS vivem grandes dificuldades, com uma percentagem significativa a apresentar resultados negativos.

Ainda, assim, o estudo que reúne e avalia dados relativos ao ano de 2021, “um ano atípico, com uma realidade diferente, por exemplo de 2019, porque houve valências encerradas e o apoio do Estado manteve-se e houve apoio extraordinários no âmbito do combate à Covid-19”, contextualizou o presidente da CNIS, que frisou estar-se perante “um trabalho muito válido, e cientificamente credível”.

Ainda antes dos dados serem apresentados, por videoconferência pelo seu coordenador Américo Mendes, o padre Lino Maia lembrou que foram as IPSS que atenuaram os efeitos da pandemia no país, com grande esforço dos recursos humanos e custo financeiro para as instituições, por isso, “é importante que se inscreva na Constituição da República



Portuguesa o direito universal da proteção social, criando-se um serviço nacional de proteção social, que estas instituições sociais farão parte”.

“Talvez não nos confrontássemos com as dificuldades que enfrentamos no momento”, concluiu o líder da CNIS.

Por seu turno, Artur Santos Silva, curador da Fundação “la Caixa”, que patrocinou o estudo, depois de historiar a intervenção do BPI e da fundação de que é curador na área social em Portugal, enfatizou: “Devemos à CNIS a iniciativa de criar uma robusta base de dados, que pode permitir ao governo criar boas políticas públicas”, afirmou Artur Santos Silva.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

REUNIÃO COM O MINISTRO ADJUNTO CASTRO ALMEIDA

Sector Social Solidário quer aceder aos fundos europeus para a coesão territorial

As Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS), com a exceção da União das Misericórdias Portuguesas, reuniram com o ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Castro Almeida, no sentido de sensibilizar o governante para a importância das instituições sociais na coesão territorial do país.

O encontro, que decorreu nas novas instalações do Governo, na antiga sede da Caixa

Geral de Depósitos, em Lisboa, no dia 10 de julho, contou com as presenças do padre Lino Maia e Alfredo Cardoso, pela CNIS, Joaquim Pequicho, pela Confecoop, e Luís Alberto Silva e Edgar Digo, pela União das Mutualidades Portuguesas.

Havendo fundos comunitários para promover a coesão territorial, as ERSSS quiseram fazer sentir ao ministro Castro Almeida a importância das IPSS acederem a essas verbas.



REUNIÃO SERVIU PARA ESTUDAR FORMAS DE REFORÇAR PARCERIA

ANMP e Sector Social Solidário fazem balanço positivo do acordo assinado

A CNIS, representada pelo presidente padre Lino Maia e pelo dirigente Alfredo Cardoso, juntamente com representantes das demais Entidades Representativas do Sector Social Solidário (União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas e Confecoop), reuniu, no passado dia 16 de julho, com a presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Luísa Salgueiro, com o objetivo de fazer o balanço do acordo assinado entre estas cinco entidades.

“A avaliação é extremamente positiva. As reservas que eram colocadas aquando da assinatura do acordo de transferência de competências da área social para os municípios foram ultrapassadas e fizemos um balanço muito positivo, uma avaliação que foi unânime”, revelou Luísa Salgueiro ao Solidariedade.

E a reunião, que decorreu no dia 16 de julho, na sede da ANMP, em Coimbra, serviu ainda para encontrar caminhos para reforçar a relação entre os municípios e o Sector Social Solidário.

“Agora estamos a estudar formas de reforçar essa relação entre o Governo e os municípios e entre os municípios e o Sector Social, seja em temas que atualmente se revestem de uma importância especial, como é o da rede de creches, em que poderá haver a possibilidade dos municípios fazerem registos centrais para conhecermos a verdadeira dimensão das necessidades, mas também a articulação com a rede de Pré-escolar. Também no domínio da Saúde, seja na gestão da frota de veículos que os municípios agora têm de responsabilidade de gerir, seja no reforço



da rede de apoio domiciliário, mas também na área da habitação, com a possibilidade de as Mutualidades e as Cooperativas serem parceiras nos programas de renda acessível e igualmente na educação inclusiva, que as cooperativas também dirigem”, explicou a presidente da ANMP, rematando: “São novas áreas de reforço da

competência dos municípios na articulação com a rede social que a ANMP defende”.

A finalizar, Luísa Salgueiro afirmou que a parceria com o Sector Social Solidário “funciona muito bem e queremos reforçá-la para o futuro”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO

Apoio extraordinário anunciado na Comissão Permanente chega em Setembro às instituições de solidariedade

Vai ser concedido um apoio extraordinário ao Setor Social Solidário, em princípio ainda em setembro e os apoios extraordinários, anteriormente concedidos ao Setor, serão incorporados nos valores da comparticipação nas futuras atualizações. Esta foi uma das informações avançadas na Comissão Permanente do Setor Social Solidário que, a convite da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, reuniu no dia 18 de julho em Lisboa e onde estiveram presentes responsáveis dos ministérios da Saúde e da Educação e delegações da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, CONFECOOP, União das Mutualidades, CNIS (Eleutério Alves e Lino Maia) e União das Misericórdias.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade referiu que ficou com “a garantia de que em breve, será concedido um apoio extraordinário ao setor, não igual para todas as valências porque há valências que

estão mais deficitárias em que a cooperação pública tem sido de facto muito inferior aos 50%. Além disso foi-nos dito que os apoios extraordinários que foram concedidos anteriormente, durante os anos 2021, 2022 e 2023, vão ser incorporados na percentagem para novas atualizações na cooperação, o que de facto é bom.”

Lino Maia aplaudiu a convocatória da Comissão Permanente, dizendo que foi “uma reunião muito positiva em que se realçou o facto de estarem responsáveis dos ministérios da Saúde e da Educação e se sublinhou ser importante assumir o hábito de reunir a CPSSS em que estejam pelo menos os três ministérios que a integram.”

No encontro foram abordados os temas mais prementes no setor, designadamente a coordenação com os três ministérios e a formalização de um grupo técnico de cooperação, o CATL, Centro de Dia, Creche, ERPI, Lar Residencial, Pré-escolar, SAD e Sustentabilidade, entre outros.

Lino Maia destaca “a afirmação clara de que o grupo de trabalho está a estudar os custos técnicos, os custos verificados, os custos qualificados das várias valências. Esse trabalho é para ser respeitado, para que de facto seja estabelecido um programa para se chegar aos 50% no geral das valências. É para levar a sério o trabalho desse grupo.”

O próximo encontro da Comissão Permanente do Setor Social Solidário não ficou ainda marcado, mas provavelmente será em setembro.

O presidente da CNIS espera que o próximo Orçamento de Estado já possa acolher este volume de cooperação: “isso não foi referido na reunião, mas penso que sim. Até porque daria a celeridade, a vontade que houve, que foi manifestada, de que de facto os custos fossem aferidos já e estivessem vertidos no próximo Orçamento de Estado.”

TÂNIA GASPAR, PRESIDENTE DA UDIPSS SANTARÉM

PRR permitiu um investimento histórico de cerca de 42 milhões de euros

A Volta a Portugal da Solidariedade chega esta edição ao distrito de Santarém, que conta, de acordo com os dados publicados pela Segurança Social, em 2024, com 242 IPSS, sendo que 186 destas são associadas da União Distrital de Santarém (UDIPSSS). Tânia Gaspar, presidente da União, defende que todas elas “são instituições de relevância em cada um dos territórios em que estão inseridas”, mas também enfrentam diversos problemas, em especial, ao nível de recursos técnicos e financeiros.

Relevante é o forte investimento que muitas IPSS estão a fazer, à boleia do PRR, tendo o distrito de Santarém atraído cerca de 42 milhões de euros para investimento social e alargamento da capacidade de resposta às populações.

SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode traçar das IPSS no distrito de Santarém?

TÂNIA GASPAR - As IPSS do distrito de Santarém são instituições de relevância em cada um dos territórios em que estão inseridas, desempenham um papel crucial por via das respostas que dispõem nas áreas da infância, deficiência ou de apoio às pessoas mais velhas, mas também são âncoras de emprego local, com todas as questões que se colocam a este nível! Não é fácil trabalhar neste sector e as instituições continuam a ter muita dificuldade em conseguir atrair pessoas para trabalhar, pelo tipo de trabalho, pelos horários, pelo salário... De um modo geral, são instituições que já estão no terreno há alguns anos, que dispõem de um histórico, mas que começam a enfrentar dificuldades ao nível financeiro e também na mobilização de pessoas para dar continuidade. A evolução demográfica é naturalmente uma preocupação, pois a solução não passa pela institucionalização das pessoas mais velhas ou dependentes, mas sim pela criação de respostas inovadoras, integradas, de proximidade e envolventes. As pessoas têm direito a viver nas suas casas, com a sua história de vida e este é um dos grandes desafios das nossas instituições.

Em termos de dimensão, qual é a realidade das instituições do distrito, sabendo-se que a sustentabilidade está muito ligada a esse aspeto?

De acordo com os dados estatísticos mais recentes que dispomos, as nossas IPSS garantem cerca de 6.350 postos de trabalho, 93% dos quais ocupados por pessoas do sexo feminino. No que respeita ao vínculo, 81% destes postos de trabalho são efectivos, sendo que apenas 22% são pessoas com formação técnica superior. Ao nível dirigente, contamos com cerca de 2.014 voluntários e apenas 13 dirigentes remunerados e, certamente, se tivéssemos informação sobre as faixas etárias em que se inserem iríamos para cima dos 40 anos. O voluntariado ainda é um compromisso pouco exercido, por



parte das pessoas/comunidade e/ou de trabalho especializado, ao nível do apoio a este tipo de instituições. A retenção de capital humano e de conhecimento nas IPSS continuam a ser temas prementes para as instituições, face à volatilidade das suas equipas, às dificuldades de conseguir atrair novos recursos para trabalhar no sector, à crescente necessidade de serviços especializados face ao contexto individual de cada pessoa e de modo a garantir a saúde mental e emocional das pessoas que trabalham nestas instituições. Por outro lado, este é um tema premente e que carece de um outro olhar, pois os merecidos aumentos salariais acarretam desafios à saúde financeira das instituições e é preciso garantir uma boa gestão e a sustentabilidade das instituições.

A sustentabilidade das instituições é fundamental?

Há claramente uma necessidade de uma maior sustentabilidade, de acesso ao financiamento, de governação, de comunicação com o mercado, de seleção de oportunidades de revitalização e novos projetos que permitam, cada vez mais, otimizar recursos. No essencial, é o equilíbrio na sua gestão operacional, pois as receitas estão muito limitadas e o trabalho social não se compadece com isso. É necessário rever o actual modelo das respostas sociais: inovar, criando respostas alternativas que permitam desenvolver uma rede de cuidados por forma a adiar a institucionalização das pessoas que necessitam de um maior e mais diferenciado acompanhamento. Ao nível da infância existe

uma necessidade de que se adequem as respostas consoante as necessidades das famílias, nomeadamente, a flexibilização de horários. Decorrente do processo de transição de competências, a UDIPSS Santarém preconiza uma maior cooperação entre as autarquias e instituições, na criação de respostas a necessidades e apoios locais. Reforçamos a necessidade de um trabalho em rede que promova o desenvolvimento de instituições mais fortes e resilientes. Teremos que trabalhar num novo ciclo para o sector social, valorizando o seu trabalho, em toda a sua plenitude. Somos um forte braço na sociedade, mas também precisamos que compreendam o enorme esforço que fazemos para levar a solidariedade a todos os cantos do nosso distrito.

Esta Direção pretende estar cada vez mais próxima das suas associadas para recolher contributos, preocupações e expectativas, pois só assim poderemos alcançar o foco ao qual nos propusemos: defender os interesses da União e das suas Associadas.

Qual a grande lacuna em termos de respostas sociais no distrito?

Bem... o distrito conseguiu aumentar a sua capacidade de respostas sociais, no âmbito dos domínios da infância e apoio a pessoas mais velhas com os vários concursos recentemente realizados. Contudo, para responder de forma séria a esta questão implicaria conhecer o diagnóstico/mapeamento das respostas sociais no distrito – associadas e não associadas da UDIPSSS, depois de concluídos os projetos

financiados ao abrigo do PRR e do PROCOOP e também ao nível das respostas privadas. Seria um interessante projeto para as entidades representativas do sector, ao nível do distrito, levarem a cabo em parceria com o Centro Distrital da Segurança Social. Por exemplo, só existem lares ilegais porque existe procura. Pensar o contrário é utópico. Temos de assumir que as respostas públicas não chegam para a procura, nem devemos limitar-nos a elas, nem devemos pensar que compete ao Estado resolver esta questão. O Estado deveria ser um facilitador na legalização destes lares, procurando que os mesmos se coloquem em conformidade com a lei e as regras de modo a protegermos as pessoas. É no somatório do público e privado que está a maturidade de uma sociedade que respeita os mais velhos e lhes proporciona uma velhice de qualidade. Contudo, atrevo-me a dizer que há uma lacuna grande ao nível das respostas de apoio a pessoas com doença mental. A este propósito, permitam-me referir que não compreendo como não há equiparação dos valores dos acordos das restantes respostas sociais, por exemplo. Os tempos têm-nos trazido novos desafios e Santarém começa também a ter uma comunidade significativa de pessoas em situação de sem-abrigo. Sabendo eu da complexidade desta questão, em que por vezes são opções das próprias pessoas, acredito que no contexto actual já existam outras realidades, e esta é uma área em que as respostas são inexistentes. Bem sabemos que há municípios que querem aproveitar os milhões do PRR para dar habitação condigna a milhares de pessoas, mas não chegam a este tipo de população que requer uma resposta mais integrada. Por outro lado, ao nível da infância e juventude, consideramos que há uma lacuna pela falta de técnicas que consigam dar o devido acompanhamento às crianças em risco – as equipas da CPCJ são uma resposta, de emergência social, de apoio às crianças, jovens e respetivas famílias.

Quais os grandes obstáculos que as IPSS do distrito enfrentam para melhor cumprirem a sua missão?

As instituições prestam um serviço ao Estado e todos sabemos que o custo destes serviços está muito abaixo dos custos reais. Assim, importa pagar o justo valor, portanto, diria que um dos grandes obstáculos são os recursos técnicos e financeiros! Não podemos aceitar pagar impostos como uma empresa normal (IVA, Segurança Social, etc.) e depois ter utentes que a participação do Estado e dos utentes/famílias não paga o custo do serviço, obrigando dirigentes e técnicos/as a ir à procura de financiamentos, doações, etc., para o equilíbrio das instituições. É importante refletir com coragem e sem demagogias. O sector terá de ser valorizado, pois esquecemo-nos das trabalhadoras e trabalhadores, dedicados e incansáveis, que auferem remunerações mínimas, porque não existem condições de suporte que permitam ao sector criar riqueza para pagar melhor. É preciso repensar o modelo de financiamento das respostas sociais, não podemos aceitar que sejamos todos tratados da mesma forma. Há realidades muito diferenciadas (urbano/rural/interior/litoral) que carecem de um olhar diferenciador, garantindo que todos dispomos das



mesmas condições para prestar o mesmo serviço! Temos de qualificar as respostas destinadas aos idosos. As ERPI e os Centros de Dia não podem continuar a ser indiferenciados, pelo que se torna essencial o desenvolvimento de novas soluções e serviços multidisciplinares de apoio a utentes e famílias. É preciso assumir estas variáveis. Só assim haverá melhor qualidade de vida das pessoas que apoiamos e o cumprimento da missão das instituições.

Como é a relação com as associadas e quais as solicitações mais frequentes que fazem à UDIPSS?

A relação com as associadas é boa, mas seria importante que fossem criados instrumentos que nos permitissem uma maior proximidade, acompanhamento das instituições e a dinamização de um trabalho em rede, o que nem sempre conseguimos por falta de recursos. As instituições solicitam sobretudo apoio técnico e jurídico, do foro da gestão ou laboral, e também nos convidam para muitas iniciativas, o que é bom, mas que infelizmente nem sempre conseguimos corresponder. As Uniões Distritais das IPSS carecem de um apoio que lhes permita o reforço e desenvolvimento de um apoio especializado às IPSS nos seus distritos, face às suas necessidades.

E como é a relação com a CNIS?

A relação da União com a CNIS é boa.

Como é que acha que a CNIS poderia estar mais próxima das Uniões e respetivas associadas?

A CNIS deve privilegiar a realização de espaços de maior cooperação e auscultação das Uniões e das suas associadas.

O PRR chegou às instituições do distrito?

Sim, chegou! O distrito de Santarém foi um dos distritos que conseguiu obter mais projetos aprovados no âmbito do PRR, sobretudo ao nível da área social. Muitas instituições aproveitaram esta oportunidade para 'dar o salto' e passar do sonho à realidade, não só por via do aumento da sua capacidade de resposta, mas também para o desenvolvimento de novas respostas, como é o caso da habitação colaborativa. Diria até que, em algumas situações, foi a oportunidade para pôr a casa em dia no que respeita ao número de respostas subvencionadas. Segundo a informação da Segurança Social, o PRR permitiu um investimento histórico de cerca de 42 milhões de euros que vão permitir o aumento da capacidade da resposta social no distrito de Santarém.

E as candidaturas aprovadas têm conseguido chegar ao terreno ou há concursos públicos a ficar desertos como em outros distritos?

Ora aí está o grande busilis da questão! Não nos podemos esquecer que o período das candidaturas foi prosseguido de um aumento exponencial dos custos de matéria-prima, como também ao nível da mão de obra. Os valores candidatados ficaram muito aquém dos valores reais das respectivas obras e este foi o primeiro grande desafio das instituições. Sobretudo porque fizeram muitos concursos que ficaram desertos, como as respostas que lhes foram apresentadas denunciavam claramente a inflação e a necessidade de reforço das verbas. Neste âmbito, houve naturalmente uma boa compreensão por parte da Segurança Social e dos municípios, que em muitos casos acabaram por investir nas respostas sociais e assumir uma comparticipação dos valores a descoberto. Contudo, não foi assim em todo o lado e houve instituições com muitas dificuldades a este nível! Recordo-me que em determinada altura, houve muitas instituições que partilharam connosco que, certamente, iriam abandonar a ideia dos projectos porque não conseguiam suportar a diferença de custos e porque não conseguiam encontrar empresas para lhes fazer as obras dentro dos prazos previstos. Pese embora sejam obras desenvolvidas ao abrigo de programas comunitários, não nos podemos esquecer do contexto... Hoje em dia, não há pessoas/empresas a trabalhar no ramo da construção como havia há uns anos, sobretudo por escassez de mão-de-obra, pelo que em muitos casos é muito difícil conseguir cumprir os prazos definidos em candidatura. Por outro lado, há uma componente burocrática de todo o processo, sobretudo pela necessidade de aplicação do Código da Contratação Pública, o que se tornou numa grande dor de cabeça para as instituições e para os seus dirigentes! As instituições do sector social dispõem de recursos especializados, sobretudo com formação na área social e em algumas situações na área da gestão, mas não na área jurídica. Ainda que tenham sido realizadas algumas sessões de esclarecimentos, a implementação de um procedimento de contratação pública, sobretudo de consultas prévias, são processos complexos e que requerem o domínio do Código da Contratação Pública, o que na maioria das situações não se verifica. Neste quadro, temos tido conhecimento de muitas situações, nomeadamente ao nível dos instrumentos do processo, das datas ou mesmo dos documentos que se traduzem em cortes severos para as instituições. Não podemos tratar o sector da economia social como uma PME ou uma multinacional. É preciso haver uma diferenciação! Compreendo a necessidade de haver mais rigor e transparência nos processos, que defendo, mas é preciso perceber o que estamos a fazer e como estamos a fazer. Creio que todos temos o mesmo objectivo: aproveitar este tipo de fundos para melhorar a nossa capacidade de resposta, como o próprio slogan indica 'Recuperar Portugal', mas não é com escritórios de advogados, em alguns casos, com pareceres técnicos sobre contratação pública feitos por estagiários/as que vamos lá!

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DE VALE DE FIGUEIRA, SANTARÉM

Pensar fora da caixa e inovar nas respostas é a marca de água da instituição

Foi no idóneo ano de 1991 que um grupo de 12 pessoas de Vale de Figueira, freguesia do concelho de Santarém, impulsionados por José Silva, decidiu fundar o Centro de Bem-Estar Social (CBES) de Vale de Figueira.

“O sonho nasce com uma pessoa, o senhor José Silva, que foi o grande impulsionador da instituição e que presidiu à instituição até falecer há cerca de sete anos”, conta José Gaspar, vice-presidente da instituição.

No ano seguinte, já com um grupo de voluntários a juntar-se aos 12 fundadores e após um conjunto de iniciativas no sentido de angariar fundos, foi erigido o edifício do Centro de Dia, a primeira resposta social a entrar em funcionamento.

Ao Centro de Dia, hoje com 14 utentes, juntou-se depois o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o Centro de Convívio, atualmente com 16 e 15 utentes, respetivamente, até que, em 2013, nasceu a Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), que acolhe, presentemente, 43 idosos. Para cuidar de toda esta gente, a instituição conta com um corpo de 36 funcionários

“Desde então, a instituição tem vindo em crescendo e sempre com uma forte componente de inovação, como ainda hoje. Temos essa característica desde o início, algo que o senhor José Silva sempre instigou no seio da instituição”, destaca o «vice», lembrando que “o terreno foi uma doação, para onde estava, inicialmente, projetado um bairro social, mas como nunca avançou, fizeram-se esforços para que fosse doado à instituição pelo proprietário Silvério Alves da Cunha”.

De facto, o CBES Vale de Figueira parece ter a inovação social como marca de água, pois, mesmo nas tradicionais respostas sociais que promove, tenta sempre introduzir ideias inovadoras que a levem a encontrar soluções fora da caixa.

“Nós temos aqui um grupo de 12 jovens, na casa dos 30 anos, a que chamamos Grupo de Ideias, que debitam muitas ideias novas. Muitas das vezes, o problema destas instituições é que fazem todas o mesmo e não saem fora da caixa. A política desta casa, desde o primeiro presidente, é estar sempre em busca de ideias inovadoras, que possam ser postas em prática, mas de forma sustentável”, explica José Gaspar, recordando, por exemplo, a sugestão que o grupo fez para que se construísse uma espécie de tanque para sessões de hidroterapia.

“Estive a ver melhor, visitei outra instituição e concluí que é uma resposta que exige muita manutenção e tem um custo muito elevado”, afirma sobre uma ideia que não avançou.

Mas já avançou a ideia de uma carrinha equipada com material de fisioterapia, uma resposta denominada «Fisioterapia para Todos» e que leva estes cuidados a casa das pessoas.

“A seguir falou-se na carrinha de fisioterapia. Andei a estudar a situação e deve haver mais duas ou três em todo o país. Uma é até de uma empresa privada que cobre quatro freguesias lá para o norte



e descobri uma outra em Pombal que fui visitar”, começa por contar, José Gaspar, continuando: “Para darmos um passo é melhor primeiro ver como as coisas funcionam! Vimos o que podíamos melhorar, fizemos uma candidatura muito rapidamente, através da EDP Fundação, e fomos vencedores, juntamente com mais instituições. É um projeto de 97 mil euros, em que a instituição entra com cerca de 23 mil euros, mas que esperamos que, daqui a três, quatro anos, se tudo correr bem, esteja pago”.

José Gaspar especifica a dimensão do projeto, até porque o que encontrou em Pombal não era a ideia do CBES Vale de Figueira.

“No caso de Pombal, eles estavam muito voltados para a instituição e o nosso interesse e conceito é a fisioterapia para todos, sejam da instituição ou da comunidade e não é só para idosos, é para todos mesmo”, sustenta, lamentando o facto de “rotular-se as atividades como só para idosos afasta outras pessoas, já por isso o design da carrinha não tem nenhuma imagem de idosos”.

“Muitas vezes as pessoas pensam que é só para idosos e não participam. Muitas vezes, sentimos isso com atividades que fazemos na instituição abertas à comunidade, mas as pessoas não vêm por pensarem que são só para idosos”, sublinha.

“Ao longo do tempo vamos sentido as necessidades das comunidades que servimos, em especial, Vale de Figueira e S. Vicente, mas ainda algumas vizinhas, e, hoje em dia, faz todo o sentido estas casas juntarem-se em alguns projetos. Já tivemos reuniões com algumas instituições do concelho no sentido de trabalharmos em parceria e até há alguns projetos que só têm justificação se tiverem uma rede mais alargada”, refere, José Gaspar, que explica como se chegou a esta solução: “Começámos a ver que havia muitas pessoas a precisar de fisioterapia, grandes listas de espera e, normalmente, estes são problemas que devem ser resolvidos logo no momento. No entanto, não há resposta! O Centro tem uma fisioterapeuta que

faz algumas horas na instituição, mas sentimos que havia muitas pessoas em casa que não tinham como ir à fisioterapia. E como estamos sempre a pensar em projetos inovadores, surgiu este da «Fisioterapia para Todos»”.

Mas não tem sido nada fácil. O processo de compra e adaptação da carrinha não foi fácil, mas a instituição mantém-se fiel ao seu objetivo e, no arranque de funcionamento da carrinha, já conta com 10 clientes na comunidade.

“Tem sido difícil, porque tivemos problemas com a aquisição e com a montagem da carrinha. Só para a aquisição foram seis meses, o que é muito tempo para pôr um projeto destes em marcha. A carrinha é uma novidade, os próprios equipamentos não estão adaptados, nem para as carrinhas normais. Um dos problemas é o degrau de acesso à carrinha que é muito alto para as pessoas a que se destina o serviço. Isto para os idosos é uma montanha! Depois, a própria adaptação da carrinha foi problemática. Foi necessário o mecânico fazer formação para fazer a soldagem na estrutura, para além de que teve que desligar as baterias e desprogramar toda a carrinha. É um processo muito longo. Foram seis meses para a aquisição e mais três meses para adaptação, o que é muito tempo e ainda não está pronta”, relata, acrescentando as boas-novas: “Nas duas primeiras semanas tivemos logo 10 clientes, sendo que a nossa meta são 110 em cerca de dois anos, mas possivelmente vai ser em apenas ano e meio. Temos estado a reunir com as juntas de freguesias, com as unidades de saúde e com outras associações e, nesta fase, ainda estamos no passa-palavra”.

E se a «Fisioterapia para Todos» é um primeiro projeto fora da caixa e (também) fora da instituição, o CBES Vale de Figueira tem um outro que espera implementar dentro em breve.

A candidatura ao Projetos Inovadores Sociais, da Segurança Social, já avançou para a segunda fase e José Gaspar está esperançado que



o projeto denominado «Estufa Ativa – Jardim Bioterapêutico», que pretende promover a autonomia dos idosos e o envelhecimento ativo.

“Na entrega dos prémios da EDP Fundação, encontrámos um casal jovem e um padre que também venceram com um projeto de aquaponia, que é um método sustentável de criação de peixes e vegetais. Num circuito fechado de água, crescem peixes e hortícolas e outros vegetais, ou seja, os dejetos dos peixes alimentam os vegetais. Eles já implementaram este sistema há uns dois anos, mas em contentores marítimos, que depois vão em barcos para os campos de refugiados. Isto porque o padre em questão era missionário e trouxe esta ideia para cá”, conta, José Gaspar, prosseguindo: “Achei a ideia interessantíssima. Então, criámos um projeto que chamámos «Estufa Ativa - Jardim Bioterapêutico». Sentámo-nos a ponderar o assunto e achámos que o melhor era implementar o sistema em uma estufa com 500 metros quadrados, com uma parte produtiva, onde há, o que eles chamam, as camas, haverá 10, onde crescem os legumes e, neste caso, tudo o resto terá um aspeto de natureza. Até o lago dos peixes será a imitar um lago natural”.

E se a ideia parece ser apenas para utilizar um método biológico de criação de peixes e vegetais, a instituição quer ir mais longe.

“A maior parte do espaço da estufa serve para aquilo que chamamos de bioterapia, onde há música ambiente, oliveiras, que pensávamos arranjar, vão integrar a estufa, e haverá ainda um outro lago, onde colocaremos peixes Garra Rufa, que são aqueles que comem as peles mortas. Assim, os idosos poderão estar com os pés na água a receber um tratamento de beleza nos pés, a ouvir música ambiente, num ambiente de natureza viva. E a ideia também passa por eles meterem a mão na terra e interagirem com aquele ecossistema. Depois, temos ideia de abrir o espaço à comunidade, convidar escolas e até solicitar alguma ajuda à Escola Agrícola de Santarém”, sustenta José Gaspar, que considera esta ajuda da Escola Agrícola essencial para a fase futura da horta biológica.

“Esperemos que o projeto seja aprovado, já passámos à segunda fase. É um projeto até 200 mil euros, o limite da candidatura. É um projeto caro,

mas só a estrutura da estufa custa 60 mil euros e os lagos artificiais também são custosos”, frisa.

Já implementado e a ter utilização está o jardim geriátrico, “um espaço onde as técnicas aproveitam para fazer atividades exteriores com os utentes”.

“Há constantemente a necessidade de haver atividades diferentes. Os idosos são muito de rotinas e, por vezes, é preciso desafiá-los. E, quando as atividades são sempre as mesmas, eles fartam-se com muita facilidade, pelo que há que inventar atividades constantemente”, sublinha José Gaspar, que considera fundamental inovar, nem que seja com pequenas alterações que vão de encontro às necessidades dos utentes.

“Temos uma iniciativa promovida pela nossa técnica de animação social, que decorre no corredor aqui do lar, em que convidamos artistas a expor os seus trabalhos de pintura, fotografia, etc.. A iniciativa chama-se «Dar que falar», porque o objetivo é pôr os utentes os a falar sobre o que está exposto, e tem dado bons resultados”, revela José Gaspar, reforçando a ideia de encontrar ideias inovadoras: “Os projetos que existem em mente são pequenos projetos que queremos implementar aqui dentro, como um direcionado às pessoas acamadas. Gostaríamos de arranjar uns óculos de realidade virtual para conseguirmos uma ação mais ativa junto dos acamados”.

Para além destes, a instituição, agora que os utentes de Centro de Dia vão regressar ao espaço dessa resposta, pretende introduzir uma mudança na sala de convívio da ERPI.

“Temos outro projeto que é a colocação de uma televisão com seis auscultadores num espaço que queremos criar na sala de convívio do lar. Com isto podemos variar a programação que é vista diariamente, que é muito à base dos programas das televisões generalistas e, assim, alguns dos utentes poderão ver programas mais específicos, como futebol, documentários e outros, sem importunar os demais. Estamos tentados a experimentar essa novidade já utilizada em algumas discotecas silenciosas”, revela, destacando: “Estamos constantemente a tentar encontrar soluções inovadoras, até porque hoje fala-se muito de inovação social, e tentar encontrar soluções fora da caixa”.

Apesar de tanta iniciativa inovadora, o CBES

Vale de Figueira, segundo o presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Rodrigues, “a situação financeira da instituição é, efetivamente, saudável”.

“Felizmente, temos fundos que vão cobrindo as despesas, que não são poucas para uma instituição desta dimensão e que se pretende que cresça. Para isso, necessita de uma situação financeira saudável. As coisas estão muito bem organizadas e quem tem dirigido a instituição tem feito um bom trabalho. Estar à frente de uma casa destas requer disponibilidade e o senhor José Silva costumava dizer que ‘isto só para padres ou reformados’, e ele, praticamente, vivia na instituição. É preciso estar sempre muito perto da instituição, como é o caso do vice-presidente José Gaspar, que mora em Vale de Figueira, agora mais à frente do Centro, porque o presidente Gonçalo Semedo pediu para se ausentar um pouco mais para resolver umas questões pessoais. Isto carece de um desempenho muito próximo”, explica, sublinhando: “Há um grande empenho de todas as pessoas envolvidas e quando é necessário fazer-se, faz-se. Aqui ninguém tem medo de desafios”.

Os dirigentes deixam, igualmente, grandes elogios à equipa técnica e aos restantes trabalhadores, lembrando “o grande esforço que fizeram durante a Covid” e José Gaspar lembra que, no final do ano, a instituição “distribui os lucros pelos funcionários”.

José Gaspar gostaria que a instituição estivesse mais aberta à comunidade e que esta aderisse mais às iniciativas por ela promovidas.

Por isso, “temos ideia de abrir-nos mais à comunidade e até arranjar um edifício onde levemos a nossa dinâmica até ela, mas também projetá-la na comunidade”, diz o «vice», acrescentando: “Não tem sido fácil, mas ainda tenho esperança em avançarmos com esse projeto”.

Nesse sentido de abertura à comunidade, re-fira-se a organização da Festa do Arroz Doce, que parou na 24ª edição, por causa da pandemia, mas também a sala snoezelen que existe na instituição e que está aberta à comunidade.

E como seria Vale de Figueira sem o Centro de Bem-Estar Social?

“Era muito mais pobre. Estudo muito a história de Vale de Figueira e são estas terras pequenas que fazem um concelho e um país. Estou a fazer uma cronologia histórica de Vale de Figueira desde 1147 até 2013 e vejo que o que se passa aqui é o reflexo da história nacional. E quanto à importância desta casa em Vale de Figueira, eu comparo-a muito com o que foi a construção de um pequeno convento em 1556, que albergou nove frades arrábidos, da Ordem Terceira dos Franciscanos, e que em 1627 construiu um novo convento para 14 frades. Ou seja, a importância daquele convento naquela altura é a mesma da instituição nos dias de hoje. Isto porque no convento foi feita a primeira escola primária. Se olharmos à importância do convento na dinâmica e na criação de eventos em Vale de Figueira, é a mesma que esta casa tem hoje, que veio enriquecer ainda mais esta comunidade. Podia, no meu entender, enriquecer muito mais se estas casas fossem mais abertas à comunidade. É um esforço enorme que estas casas fazem para atrair a comunidade. Mas seria muito mais pobre, para além das 35 famílias que obtêm aqui parte do seu rendimento”, responde José Gaspar.

TELEASSISTÊNCIA A IDOSOS EM VILA REAL

Concelho de Sabrosa avança com programa “eGuard” da GNR

Sabrosa é o primeiro concelho do distrito de Vila Real a avançar com o eGuard, um programa da Guarda Nacional Republicana (GNR) que proporciona teleassistência a idosos e combate o isolamento e a solidão.

“Somos um concelho muito envelhecido, com alguns idosos isolados e em risco de solidão e é importante termos a possibilidade de os monitorizar, tendo em conta que alguns deles nem vizinhos têm”, afirmou a presidente da Câmara de Sabrosa, Helena Lapa. A autarca especificou que, numa primeira fase, o programa deverá abranger 12 idosos, podendo, depois, ser ampliado.

A major Andreia Miranda, das Relações Públicas do comando da GNR de Vila Real, explicou que o programa pretende reduzir as vulnerabilidades e as situações de risco, bem como combater o isolamento e a solidão dos idosos, contribuindo, desta

forma, para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários.

Sabrosa é, segundo a oficial da GNR, o primeiro concelho do distrito de Vila Real a avançar com o eGuard.

A responsável explicou que vai ser atribuído ao idosos um dispositivo eletrónico, que será colocado ao peito e que permitirá comunicar de forma direta e imediata com a sala de situação do comando de Vila Real. “A intervenção é muito mais eficaz e muito mais rápida porque estamos a monitorizar. Sabemos quem tem o equipamento e conseguimos saber onde estão e se estão em perigo”, referiu, explicando que “basta pressionar o botão para os guardas se deslocarem imediatamente ao local para averiguar o que se passa”.

Para Andreia Miranda, o programa é uma “mais-valia muito grande” para a GNR, porque permite prestar “um apoio mais eficaz”, para os

utentes e ainda para as suas famílias.

O eGuard destina-se a pessoas idosas em situação de dependência não aditiva, incapacidade, solidão ou isolamento, neste caso, residentes no concelho de Sabrosa e, como tal, que se encontrem em situação de risco ou vulnerabilidade devidamente atestada.

O protocolo de cooperação no âmbito do Sistema de Teleassistência e Monitorização - eGuard - foi assinado entre a Câmara de Sabrosa e a GNR, cabendo ao município o investimento na aquisição dos aparelhos e à Guarda a monitorização dos idosos.

Vila Real é um dos distritos do país com mais idosos a viver sozinhos ou isolados.

No âmbito da operação Censos Sénior 2023, a Guarda Nacional Republicana sinalizou 44.114 idosos a viver sozinhos ou isolados em todo o país, menos 411 do que na operação “Censos Sénior” realizada em 2022.

APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.

- ✓ VISIBILIDADE
- ✓ ACESSIBILIDADE
- ✓ CREDIBILIDADE
- ✓ PROFISSIONALISMO
- ✓ EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

INSTITUIÇÕES MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES

Saiba como RESGATAR O FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO. Fale connosco.

Conheça a **OFERTA 360°** da F3M para o setor social!

SOFTWARE CONSULTORIA FORMAÇÃO CERTIFICADA	TELECOMUNICAÇÕES INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA CIBERSEGURANÇA
---	--

www.f3m.pt

CRECHE FELIZ

Governo garante transição para o pré-escolar das crianças que fazem 3 anos até 31 de dezembro de 2024

Em comunicado conjunto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social o Governo assegura a passagem para o pré-escolar das crianças que fazem três anos até ao final do ano e estavam inseridas no programa Creche Feliz. “Caso não haja resposta na rede pública ou no setor social e solidário da freguesia onde se situa o estabelecimento de ensino, a transição para a educação pré-escolar no setor privado será considerada como uma solução subsidiária” lê-se no comunicado.

Caso não haja vaga no pré-escolar as crianças que façam três anos entre 16 de setembro e 31 de dezembro poderão continuar a creche privada gratuitamente de forma excepcional. “Ultrapassa-se assim a necessária transição para a educação pré-escolar pelas crianças abrangidas pelo programa “Creche Feliz”

A Associação de Creches e de Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (ACPEEP) tinha avisado que muitas famílias estavam com dificuldades e não tinham informação sobre o funcionamento da creche para o próximo ano. Recorde-se que o programa “Creche Feliz” só abrange crianças até aos três anos.

Há mais de 20 mil crianças que aguardam por uma vaga sendo que cerca de 8 mil têm três anos, revela o diagnóstico que o grupo de trabalho entregou ao Governo sobre lugares em creche e transição para o pré-escolar.

O grupo de trabalho que fez o levantamento das vagas disponíveis em pré-escolar e a capacidade de resposta para todas as crianças de três anos e concluiu que faltavam 19600 vagas para garantir a universalização aos três anos. As estimativas reveladas pelo Governo apontam, em setembro, que cerca de 29 mil transitam para o pré-escolar e que destas 12070 estavam abrangidas pelo programa de gratuidade “Creche Feliz”.

“É grave e incompreensível a ausência de planeamento por parte do Governo anterior, que



não previu a necessidade de criação de milhares de vagas na educação pré-escolar, de modo a acomodar o aumento de procura por parte de crianças às quais já foi garantido o acesso gratuito à creche”, lê-se nesse comunicado emitido em junho.

MINISTRA NÃO MEXE NOS CRITÉRIOS

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social garantiu que os critérios de priorização a uma vaga gratuita em creche não vão ser alterados, esclarecendo que a lei não discrimina quem está empregado ou desempregado.

Maria do Rosário Ramalho recordou que o atual Governo já fez uma alteração aos critérios de acesso a uma vaga em creche, quando definiu que as famílias passariam a ter acesso a uma vaga no setor privado se não houvesse vaga na rede social na área da sua freguesia de residência ou trabalho, e não na área do concelho como até agora.

“Essa foi a única alteração que fizemos e a única que tencionamos fazer. Portanto, não se antevê a curto prazo, pelo menos em médio

prazo, nenhuma alteração mais nesta matéria e nomeadamente não mexemos noutros critérios de acesso ao programa “Creche Feliz”, afirmou.

“Criou-se um bocadinho a ideia de que os critérios atuais favoreciam os pais desempregados ou as crianças filhas de pais desempregados, mas na verdade, não é isso que está na portaria”, apontou.

Esclareceu que os “critérios da portaria atendem a várias circunstâncias objetivas”, entre as quais uma sobre os rendimentos do agregado familiar.

“É porventura pela má interpretação deste critério que se suscitou a ideia, que não corresponde à lei, de que há um favorecimento dos desempregados. Porque? Porque quando a pessoa está desempregada, enfim, tendencialmente terá menos rendimentos do que se estiver empregada, mas pode não ser necessariamente assim”, salientou.

Acrescentou que se trata de um critério objetivo que é comum a muitas prestações sociais, atribuídas para colmatar uma necessidade social e atribuídas consoante os rendimentos dos beneficiários.

INCLUSÃO SOCIAL

Associação de Empresários vai atribuir 227 bolsas de estudo

A associação de Empresários Pela Inclusão Social (EPIS) vai atribuir 227 bolsas de estudo, num investimento de 545 mil euros, para apoiar alunos carenciados dos ensinos secundário e superior.

Em associação com 48 parceiros, o objetivo é “qualificar alunos de famílias em situações socioeconómicas mais fragilizadas durante o seu percurso no ensino secundário e superior (licenciaturas e mestrados) e apoiar estágios de inserção profissional de jovens com deficiência”, escreve a EPIS em comunicado.

Das 227 bolsas, 140 serão atribuídas a

alunos do primeiro ano em licenciaturas, 40 a novos alunos de mestrados e 33 para apoiar inserção profissional de jovens adultos com deficiência.

As restantes serão atribuídas a alunos a iniciar o ensino secundário e a escolas com projetos inovadores de promoção de boas práticas de inclusão social de crianças e jovens da sustentabilidade e cidadania ativa.

O prazo para as candidaturas decorre até 22 de setembro.

“A sociedade civil e as empresas estão sensibilizadas para este desafio de qualificação do país e

têm apoiado cada vez mais este programa de bolsas da EPIS, que já apoiou 1.170 jovens e suas famílias desde 2011”, refere o diretor-geral da EPIS, Diogo Simões Pereira, citado em comunicado.

Em relação ao ano passado, o número de bolsas que serão atribuídas na 14.ª edição do programa cresce cerca de 9%, e o investimento representa um aumento de 20%.

Desde 2011, a EPIS já atribuiu 1.170 bolsas de estudo e distinguiu 126 escolas e instituições pelas boas práticas de inclusão social, num investimento superior a dois milhões de euros.

SEMINÁRIO SOBRE A SEXUALIDADE DOS IDOSOS APOIADOS PELAS IPSS

É necessário criar condições para que utentes

A CNIS promoveu, no passado dia 23 de julho, o seminário «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade: o caso das pessoas mais velhas apoiadas pelas IPSS», que decorreu no Centro de Congressos de Aveiro e contou com um conjunto de preletores que transformou o dia de trabalho numa jornada de formação e informação sobre uma temática ainda tabu.

Aliás, a generalidade dos intervenientes sublinhou “a coragem” da CNIS em promover a abordagem e discussão de um tema que tem tanto de real como de tabu.

E porque as questões da sexualidade e das relações de intimidade nas IPSS são complexas, multidimensionais e apresentam desafios não só para os utentes e as famílias, mas igualmente para as instituições e seus trabalhadores e dirigentes, a CNIS decidiu avançar com este debate.

Como lembrou o presidente da CNIS, padre Lino Maia, as instituições cuidam de “pessoas de direitos, mas também de pessoas de expressões”.

E sendo a sexualidade umas dessas expressões há que lhe dedicar alguma atenção, o que começou por fazer este primeiro seminário sobre a temática.

Entre as diversas conclusões que emanaram do intenso dia de trabalho, foi unânime que “deve partir-se do pressuposto de que as pessoas têm o direito de decidir autonomamente também quanto à expressão da sua sexualidade, sendo este direito um direito fundamental dirigido à manutenção da dignidade de cada pessoa, seja qual for a sua idade e a sua condição de saúde”.

No entanto, “é um direito que enfrenta dificuldades relacionadas com atitudes inadequadas dos profissionais e dos outros utentes (ridicularização, inferiorização, discriminação) e ainda com as fragilidades das instituições (limites físicos das suas instalações e falta de formação dos profissionais)”.

E os limites “vão desde aquilo a que se pode chamar uma ‘conspiração de silêncio’ em relação à sexualidade nas pessoas mais velhas até à ausência de informação sexual dirigida a elas, passando pela construção social do envelhecimento da mulher e os estereótipos de género que lhe estão associados, que tornam mais evidente a ideia de que a sexualidade não tem aí lugar”.

Estas e outras conclusões foram compiladas a partir das intervenções de Maria João Quintela, vogal da Direção da CNIS, António Fonseca, da Faculdade de Educação e Psicologia (Universidade Católica), António Leuschner, psiquiatra, Joana Silva Aroso, advogada, Vânia Beliz, psicóloga clínica e sexóloga, e Bruno Barrinha Rocha, Escola Superior de Saúde (Universidade do Algarve), para além do presidente da CNIS.

E para que a intervenção das instituições seja o mais adequada possível, a sua prática concreta “deve atender ao modo como os cuidados, os espaços e as rotinas nas instituições devem ser adequados à possibilidade de os utentes pretenderem viver ativa e plenamente a sua sexualidade ou manter relações de intimidade, e sobre o



modo como as equipas de profissionais devem ter acesso a formação que lhes permita fazê-lo”.

Neste aspeto, emanou dos trabalhos a convicção de que “a possibilidade de fazer escolhas relativas à sua vida inclui a possibilidade da expressão da própria sexualidade, mas estas escolhas estão limitadas a vários níveis e em várias dimensões”.

E estas dimensões vão desde as limitações físicas dos espaços, mas igualmente à forma como a sexualidade entre os idosos ainda é encarada.

“Esses limites vão desde aquilo a que se pode chamar uma ‘conspiração de silêncio’ em relação à sexualidade nas pessoas mais velhas, até à ausência de informação sexual dirigida a elas, passando pela construção social do envelhecimento da mulher e os estereótipos de género que lhe estão associados, que tornam mais evidente a ideia de que a sexualidade não tem aí lugar”, afirmou Maria João Quintela, aquando da leitura das Conclusões, acrescentando: “A visão tradicional do que é a norma do ponto de vista sociocultural tem, muitas vezes, influência na perceção das necessidades dos mais velhos por parte dos próprios e dos seus cuidadores, determinando a (im)possibilidade de manter relações de intimidade e de viver a sua sexualidade”.

E as limitações não se ficam por aqui: “Por outro lado, há múltiplos outros fatores – físicos, psicológicos ou psíquicos, individuais, sociais ou ambientais – que influenciam a sexualidade e, dentre estes, há fatores com implicações ao nível da saúde, bem como incapacidades físicas que dificultam a autonomia e que se convertem numa afetação negativa da sexualidade dos utentes. Revela-se, por isso, determinante olhar de



forma atenta para as questões relativas à promoção da saúde sexual, apoiando as pessoas a encontrarem o seu bem-estar e felicidade e garantindo as condições para a sexualidade, que é ela mesma uma dimensão desse bem-estar”.

Por outro lado, “importa ainda pensar sobre a manutenção da capacidade de uma pessoa com alterações cognitivas para, no respeito pela sua dignidade, gerir a sua pessoa e tomar decisões sobre cuidados prestados. Tomar decisões sobre cuidados prestados pode implicar

possam viver a sua intimidade em privacidade

tomar decisões sobre relações afetivas e da sexualidade e importa perceber se e como se preserva a autonomia e a capacidade para consentir, em especial se pensarmos que se trata de direitos pessoais. Uma pessoa num processo de alterações cognitivas, mas em que a sua lucidez se mantém a espaços, pode exercer pessoalmente os seus direitos ou deve ser protegida de si própria? Se sim, quando, como, por quem e em que condições? Sem incapacitação, sem paternalismo e sem infantilização, falou-se na ideia de que terá sempre de ser um ‘fato à medida’, fato esse que acautele, também aqui, os diversos espaços legítimos de realização pessoal”.

Daí que a prática concreta das instituições deva atender “ao modo como os cuidados, os espaços e as rotinas nas instituições devem ser adequados à possibilidade de os utentes pretenderem viver ativa e plenamente a sua sexualidade ou manter relações de intimidade e sobre o modo como as equipas de profissionais devem ter acesso a formação que lhes permita fazê-lo”.

Acima de tudo, “importa que as instituições se preparem para os difíceis equilíbrios entre as suas próprias perceções, as necessidades



ainda ao respeito pela intimidade da vida privada e à privacidade dos seus utentes na expressão da sua sexualidade”.

“Em conclusão, a ideia transversal que se pode retirar dos trabalhos do seminário prende-se com aquele que é um dos maiores desafios que se põem hoje às instituições, que é a individualização dos cuidados e a ideia de que o cuidar não é executar a tarefa, é atender à pessoa concreta e à sua individualidade e diversidade. É a pessoa, na verdade, ‘o centro do sistema’”, afirmou Maria João Quintela e finalizou dizendo: “Esta ideia não pode deixar de se repercutir

nos trabalhadores, nos dirigentes, nas próprias instituições e na sua gestão e organização. Por essa mesma repercussão, impõe-se não deixar cair o tema, razão por que a CNIS se compromete em mantê-lo na ordem do dia”.

Assim, e dando seguimento a esta ideia, a CNIS promove, no próximo dia 19 de setembro, no Casino Fundanense, no Fundão, um seminário semelhante, desta feita com a abordagem às «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade na prestação de cuidados: o caso das pessoas com deficiência apoiadas pelas IPSS”.



dos seus utentes e o papel da família nesta equação”, pelo que “é fundamental promover abordagens desprovidas de juízos de valor, bem como garantir que essas abordagens são respeitadoras das diferenças e identidades dos utentes e não assumem contornos discriminatórios, como por exemplo em relação às mulheres ou em relação às minorias sexuais”.

Nesse sentido, “a organização dos espaços das instituições não pode deixar de atender

FRASES A RETER

“Admiro a coragem da CNIS em abordar esta temática”

Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Aveiro

“Somos pessoas de expressões e o tema da sexualidade é ainda tabu e nas IPSS é mesmo um tabu”

“As pessoas têm direito a ser felizes e a não terem os seus direitos cortados”

“Vamos pôr este tema na agenda e ele vai ter impacto nas nossas instituições”

“Não podemos meter a cabeça na areia e os trabalhadores e os dirigentes necessitam de formação nesta área”

Padre Lino Maia, presidente da CNIS

“A invisibilidade das questões sexuais é real em todas as idades e quando é abordada não é pela melhor maneira”

“Não há sexualidade sem corpo”

“É muito injusto comparar a vida sexual dos mais velhos com a dos mais novos. O corpo não é igual, o desejo não é igual”

António Fonseca, da Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica

“A Saúde tem um papel muito importante no bem-estar das pessoas e a saúde sexual é mental e física”

“Da Saúde espera-se que ajudem as pessoas a encontrar o seu bem-estar e a felicidade”

António Leuschner, médico psiquiatra

“Não há sexualidade sem consentimento e sem dignidade humana”

Joana Silva Aroso, advogada

“A sexualidade é política”

Vânia Beliz, psicóloga clínica e sexóloga

**PAULO PEDROSO***Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

O governo português não gasta o suficiente com saúde

No primeiro fim-de-semana de agosto várias urgências de obstetria e também urgências pediátricas estiveram encerradas. Algo que continua a ser notícia, mas deixou de ser novidade. Ao longo do ano, um pouco por todo o país, surgem notícias difusas de serviços hospitalares encerrados.

No Verão o problema agrava-se, diz-se candidamente, por causa das férias dos profissionais de saúde. Longe de mim querer pôr em causa o direito desses profissionais às férias. Mas dificilmente se pode conceber o período anual de férias de um trabalhador como um imprevisto, algo que tem que ser remediado com uma medida excecional. Há-de haver um problema estrutural, que torne este encerramento forçoso, se acreditarmos que os profissionais e os gestores de saúde se orientam pela prestação do serviço com que se comprometeram.

Encerrar serviços deveria ser uma medida excecional, para um acontecimento imprevisto ou incontrolável, mas já não é. O encerramento de serviços como medida de gestão foi incorporado no Serviço Nacional de Saúde, criando nos utentes insegurança sobre como e quando serão atendidos e gerando riscos pelas longas distâncias que por vezes as pessoas têm que percorrer e/ou pelo tempo que têm que esperar até terem acesso ao serviço de saúde de que carecem.

De modo mais discreto, mais raramente aparecendo nas notícias, o problema da falta de profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, surge em muitos outros domínios que não os das urgências.

Há um problema estrutural no SNS, que temos que enfrentar se quisermos resolvê-lo. Ele tem que aumentar a sua capacidade operacional e ter mais recursos humanos. Desde a troika defender que os serviços públicos têm que ter o financiamento adequado passou a ser um tabu nacional. Algo que tem que ser ultrapassado se não quisermos que a degradação desses serviços conduza à sua privatização progressiva e consequente aprofundamento das desigualdades de acesso.

Um relatório do Conselho de Finanças Públicas (CFP) sobre o desempenho do SNS em

2023, publicado em junho de 2024, é bastante elucidativo dos bloqueios da análise que fazemos a muitos serviços públicos.

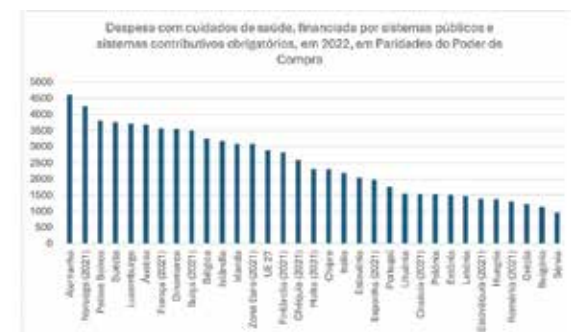
O relatório compilou diversos indicadores preocupantes: o volume total de consultas médicas realizadas nos cuidados primários diminuiu pelo segundo ano consecutivo; o aumento de consultas médicas hospitalares não foi suficiente para evitar o aumento dos utentes em lista de espera; em 40% dos casos dos serviços de urgência não se cumpriram os tempos de triagem; 16% dos utentes não tinham médico de família atribuído.

O mesmo relatório apontou “riscos e incertezas” ao desempenho do SNS, que levam, e cito, à “saturação do acesso à resposta pública de saúde que tem com consequência para os utentes que necessitam de cuidados de saúde o risco de aumento das suas necessidades de saúde por satisfazer”. Mas, na vertente orçamental, fiel à visão predominante de que o SNS já é caro para os contribuintes, envereda por recomendações para “a maximização da eficiência e previsibilidade no uso dos recursos” e, como se o SNS não fosse, por definição, financiado pelo OE, queixa-se da “baixa diversificação das fontes de financiamento do SNS, num contexto de crescimento da despesa pública em saúde”.

Lendo-se as conclusões do CFP dir-se-ia que o SNS português não tem um problema sério de financiamento. É pena que o relatório não retire conclusões da comparação internacional de despesa pública em saúde que faz (ver p. 23) e em que se verifica que a despesa pública em saúde em Portugal em 2022 foi de 5,4% do PIB, abaixo da média da OCDE de 7% e muito abaixo dos 10,3% do PIB da França, dos 9,2% da Suécia, dos 7,3% de Itália e dos 6,8% de Espanha.

As análises ao nosso SNS enfermam frequentemente da falta de comparação de meios de que este dispõe quando comparado com os seus congéneres. Uma forma adequada de fazermos essa comparação é a de vermos quanto é que é gasto em saúde por habitante, neutralizando os efeitos dos diferentes sistemas de preços (ou seja, em paridades do poder de compra) nos

sistemas públicos financiados pelos impostos e nos sistemas contributivos obrigatórios, que substituem estes em vários países (cf. gráfico).



**FONTE: EUROSTAT, [HLTH_SHA11_HF],
DADOS EXTRAÍDOS A 4/8/2024**

Fica claro algo que não é suficientemente sublinhado. O SNS é financiado pelo Estado muito abaixo do financiamento dos sistemas obrigatórios na média da Zona Euro (57% da despesa em Paridades de Poder de Compra) e da UE27.

Este subfinanciamento crónico, pode bem ser acompanhado por problemas de gestão, mas estes últimos não apagam o primeiro.

Não há políticas sociais boas e baratas, ao contrário do que desde 2010 todos os governos têm tentado. Com o passar do tempo, o custo de desinvestimento vai ser visível em cada vez mais domínios dessas políticas.

O que surpreende, neste quadro, não são as dificuldades que o SNS enfrenta, como as que vemos nas notícias. O que surpreende é que se continue a fazer omeletes com tão poucos ovos no SNS. E que se continue a falar do desempenho do SNS – que é em termos comparativos muito superiores ao que o seu nível de financiamento faria prever - como se ele recebesse dos governos a prioridade que merece.

O que não nos pode surpreender são duas das consequências desse subfinanciamento. Aumenta a quantidade de cidadãos que manifestam carências de atendimento em saúde e aumenta a despesa das famílias em saúde, com dinheiro que tiram do seu bolso para pagar um serviço que constitucionalmente lhes foi dito que lhes era garantido como um direito.

¹ Ver *Evolução do Desempenho do Serviço Nacional de Saúde em 2023*, acessível em <https://www.cfp.pt/pt/publicacoes/sectores-das-administracoes-publicas/evolucao-do-desempenho-do-servico-nacional-de-saude-em-2023>

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Com Que Então Caiu Na Asneira/ /De Fazer Na Quinta-Feira/Trinta E Seis Anos! Que Tolo!”

(ADAPTADO DE “DIA DE ANOS”, DE JOÃO DE DEUS)

1 - De acordo com o artigo 122º da Constituição da República Portuguesa, são condições de elegibilidade do Presidente da República a cidadania portuguesa de origem e idade mínima de 35 anos.

Como se sabe, a capacidade eleitoral é geralmente definida pelos 18 anos, isto é, é reconhecido a todos os cidadãos maiores de 18 anos o direito de ser eleito ou de eleger os seus dirigentes para os órgãos do poder político - seja nas eleições para Presidente da República, seja para a Assembleia da República, seja para o Parlamento Europeu, seja para as autarquias locais.

A razão para a fixação legal da capacidade eleitoral, activa e passiva, nos 18 anos tem que ver com a circunstância de ser essa a idade que determina a passagem para a idade adulta, isto é, a maioridade.

É com a maioridade que passamos a ser autónomos, senhores dos nossos narizes adquirindo a capacidade geral do exercício de direitos, que até então eram condicionados, ou mediados, pelo poder paternal.

Ora, se a regra é a da coincidência, quanto à idade, entre a capacidade eleitoral activa e a capacidade eleitoral passiva - 18 anos -, por que razão os Constituintes decidiram exigir uma especial condição, quanto à idade, para ser eleito o Presidente da República?

Trata-se de uma discriminação positiva, relativamente aos maiores de 35 anos, com a discriminação negativa, simétrica daquela, que inibe a possibilidade de ser eleito Presidente da República a quem tiver menos do que os 35 anos referidos.

A razão, creio fundar-se na convicção de que, sendo embora os 18 anos a idade da passagem da adolescência para a adultez, ela ainda transporta consigo muitas das características juvenis, mais marcadas pelos sonhos do que pela realidade; e que o coroamento do sistema político constitucional, assegurado pelo Presidente da República, exige garantias de ponderação e sagesa, que só a idade e a experiência de vida nos conferem.

(Embora a recente realidade política emergente das eleições presidenciais nos Estados Unidos levante questões que estão nos antípodas das preocupações dos nossos Constituintes

- nomeadamente a de saber se, além da exigência de uma idade mínima superior à geral para poder ser eleito, não deveria haver igualmente uma idade máxima para candidatura a tal cargo ...)

2 - Vem este introito para referir que é a própria Constituição da República Portuguesa a estabelecer situações que configuram discriminação positiva.

Por razões explicáveis e justificáveis, certamente!

Não deixam de ser discriminações; mas não são inconstitucionais.

Podemos extrair daqui dois juízos implícitos: 35 anos como a idade que os Constituintes associaram à representação da ponderação e ao amadurecimento da adultez; e de que as discriminações positivas de grupos de cidadãos não configuram necessariamente inconstitucionalidades.

Tudo depende do contexto, das circunstâncias, dos objectivos.

Fixo-me nos 35 anos - idade que tem ocupado os debates sobre assunto tão relevante quanto o da discussão e aprovação (?) do Orçamento do Estado para 2025 e consequente manutenção do Governo ou nova dissolução do Parlamento e consequentes eleições.

A discussão - centrada do Governo e no PS - tem-se desenvolvido à volta dos 35 anos de idade.

O Governo, pelo seu lado, propõe como medidas emblemáticas a aplicação de uma taxa fixa de 15% ao IRS dos jovens até aos 35 anos, bem como a isenção de IMT e Imposto de Selo na aquisição da primeira habitação própria permanente, tendo igualmente como beneficiários os contribuintes até aos 35 anos.

A razão apresentada para as propostas invoca a incapacidade que o nosso país tem tido em reter a mão-de-obra mais qualificada - a geração mais qualificada de sempre, como repete a propaganda oficial, embora sem razão -, permitindo o reforço do rendimento líquido mensal de técnicos, licenciados e mestres e sustendo o verdadeiro êxodo dessa mão-de-obra para países com melhores salários e menores impostos.

Se as propostas tiverem sucesso, são boas propostas; se não lograrem os efeitos pretendidos,

não o serão.

Tenho visto dois tipos de razões contra as propostas do Governo: que são restritivas (porque não passar além dos 35 anos?); e que são inconstitucionais, por serem discriminatórias e violarem o princípio da igualdade.

Inconstitucionais, não me parece, pelas razões acima referidas relativas à exigência da idade de Presidente da República.

Discriminatórias, parece que serão; mas, como vimos, a própria Constituição estabelece discriminações - que podem, ou não, ser ilegais, dependendo do contexto e dos objectivos...

Antecipo que o Governo e o PS vão acordar numa operação cosmética, que consistirá em alargar o âmbito etário do universo abrangido, por mais uns anitos, e escalonando as taxas, para não afectar a progressividade do imposto.

E prevejo igualmente que o Orçamento será aprovado, com a anuência do PS, depois da coreografia preparatória do acordo que serve a ambos.

3 - Concordo com a adopção de medidas localizadas e restritas para reter na nossa terra os cérebros que nos fogem.

O ponto é saber se resultam e quem as paga. Suspeito que os do costume.

Como se sabe, quase metade dos portugueses não paga IRS; não são verdadeiramente contribuintes.

Já não digo que se replique a vinculação entre a cidadania e o pagamento de impostos, como na Roma Antiga.

Mas entendo que todos os cidadãos devem pagar IRS.

Até para todos terem a noção - que a muitos falta - de que a existência de serviços públicos de qualidade custa dinheiro e é paga pelos impostos dos poucos que os pagam.

Não pode ser só a classe média a arcar com o sustento do país.

(Fora do tema, mas não tanto como isso: porque não apresentar aos utentes do SNS a conta dos serviços que lhes são prestados? Não para os pagarem, claro, que são gratuitos; mas para sabermos quanto custam!)

ASSOCIAÇÃO PORTAS P'RA VIDA, LAMEGO

Momentos e eventos culturais para promover a arte acessível a todos

A Associação Portas P'ra Vida, de Lamego, participou no mês de julho em diversos eventos culturais que valorizam e promovem a arte acessível a todos.

Num primeiro momento, resultado da residência artística de Bernardo Álvares, surgiu a apresentação de um momento musical de expressão livre, que decorreu no Parque Isidoro Guedes, no passado dia 20 de julho.

A apresentação surge da criação, em 2023, da «Tribo Improvisada», um evento organizado pelo TRC-Lamego, «TRC à Solta».

Já no dia 26 de julho, os utentes da Associação Portas P'ra Vida participaram no festival Zigurfest. Bá Álvares e Eloisa Silva (videografia) estiveram em residência artística na associação durante uma semana e da qual nasceu a longa-metragem «Os Focados da Vida Leve», que teve uma apresentação pública “emocionante”.

O duo, em conjunto com os utentes da Associação Portas P'ra Vida, escreveu, produziu e realizou a obra cinematográfica protagonizada pelos utentes da



instituição.

“Caminharemos sempre para uma integração social + justa, inclusiva e com equidade. Momentos

únicos de emoção, tanto dos participantes como de quem assistiu a estes momentos especiais, que tocaram o coração de todos”, defende a instituição.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA

Cantina Social da instituição serviu mais 1.755 refeições do que no primeiro semestre de 2023

A Cáritas Arquidiocesana de Braga revelou que a cantina social da instituição serviu 14.428 refeições no primeiro semestre de 2024, o que significa um aumento de 1.755 refeições face a igual período do ano passado.

Para além destas refeições servidas, a instituição atribuiu ainda apoios em vales alimentares no valor de cerca de dois mil euros.

“Este aumento no número de refeições é reflexo de uma maior procura. Durante este período, registaram-se 40 novas pessoas a utilizar os serviços da cantina, evidenciando uma significativa rotatividade”, fez saber a Cáritas Arquidiocesana de Braga em comunicado.

Segundo a responsável pelo serviço, “um grupo considerável de pessoas permanece na cantina há mais tempo e são mais estáveis”. No entanto, acrescenta Estrela Portela, “há um segmento de utentes, composto por migrantes e

pessoas em situação de sem-abrigo, que é mais vulnerável e apresenta maior rotatividade”.

“Estes indivíduos, muitas vezes, procuram os serviços de forma pontual e acabam por deixar a resposta após um período”, conta.

Esta dinâmica de rotatividade reflete as necessidades urgentes e variáveis de um público altamente vulnerável, que depende dos serviços da Cáritas para apoio alimentar e estabilidade temporária.

Para além da cantina social, a Cáritas de Braga presta apoio em situações de carência alimentar mais pontuais com cabazes e vales alimentares.

Segundo Joana Lopes, responsável pelo atendimento social, os vales alimentares “permitem dignificar e dar mais autonomia a quem pede apoio”, pois, dessa forma “a pessoa pode fazer as compras como qualquer outra pessoa

e escolher os produtos que mais se adequam às suas necessidades, produtos que, muitas vezes, a Cáritas não possui”, argumenta.

Ainda assim, a responsável considera que os vales alimentares ainda não respondem a todas as necessidades: “Os valores ainda não são suficientes para as necessidades e, normalmente, recebemos apoios e donativos em géneros alimentares e não em dinheiro”.

Os vales são produto do programa nacional «Vamos inverter a curva da pobreza», da Cáritas Portuguesa, cujo objetivo é reforçar a capacidade de apoio às famílias mais vulneráveis através do pagamento de despesas pontuais e urgentes, como habitação, saúde, gás e eletricidade, e da atribuição de vales para aquisição de alimentos e bens essenciais.

No ano de 2023, a Cáritas Portuguesa atribuiu 1.695 vales em todo o país.

ASSOCIAÇÃO BAGOS D'OURO

Atribuídos 23 Prémios de Mérito e 96 Diplomas a jovens estudantes

Com a chegada das férias de Verão, a Associação Bagos D'Ouro assinalou o fim de mais um ano letivo, com a entrega dos Prémios de Mérito e Diplomas. Foi em Sanfins do Douro que a Associação reuniu todas as famílias Bagos D'Ouro para celebrar o final de mais um ano letivo. Durante a cerimónia, foram lembradas as atividades e os principais momentos do ano, para além de a Associação agradecer o empenho

das famílias, professores e voluntários.

“Foi com imenso orgulho que entregámos 23 Prémios de Mérito aos alunos que demonstraram um desempenho escolar excepcional e atribuímos 96 Diplomas (de ouro e prata) às crianças e jovens que cumpriram, na íntegra ou parcialmente, o seu Compromisso Bagos D'Ouro. Parabéns a todos pelo trabalho árduo e pelas conquistas alcançadas ao longo deste

ano”, pode ler-se na nota da Bagos D'Ouro.

Com o fim do ano letivo, a Associação já prepara o regresso às aulas e conta com o apoio de todos, porque “muito mais do que ajudar na compra de material escolar, é investir num futuro melhor para tantas crianças e jovens”.

Por isso, a Associação pede ajuda para preparar os cabazes escolares dos pequenos Bagos D'Ouro.

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO, SALVATERRA DE MAGOS

Após sete anos e mais um milhão de euros sonho da ERPI já está a materializar-se

Treze anos volvidos, o Solidariedade regressou ao Centro de Bem-Estar Social (CBES) de Glória do Ribatejo, no concelho de Salvaterra de Magos, numa altura em que um sonho antigo já começa a tomar forma.

Em 2011, Rogério Monteiro, presidente da instituição, já falava no “sonho” de construir uma ERPI e, 13 anos passados, já há paredes erguidas.

Por ocasião da nossa anterior visita, o CBES de Glória do Ribatejo tinha acabado de realizar obras no edificado e preparava a criação de uma creche, pelo que a “ambição” da ERPI ficara em banho-maria.

“Em 2015, nasceu o projeto da ERPI, porque não vale a pena candidatar-nos a quaisquer fundos se não tivermos, efetivamente, um projeto. Então, começámos por arranjar um gabinete de arquitetura e falei com o presidente da Câmara de Salvaterra de Magos e com o da Junta de Freguesia da Glória do Ribatejo para financiarem a elaboração do projeto, o que aconteceu”, começa por contar Rogério Monteiro, prosseguindo: “O projeto entrou na Câmara, em 2017, e não houve quaisquer problemas com a Segurança Social, porque comuniquei-lhes atempadamente, porque se somos parceiros é assim que deve ser. Conseguimos aprovar o projeto na Câmara, fizemos uma candidatura ao POPH Alentejo, mas como isto já era de algum volume e o programa não contemplava valores tão altos, acabámos por não ser contemplados. Mais tarde, fizemos uma candidatura ao primeiro PARES, mas fomos novamente reprovados e, depois, candidatámo-nos ao PARES 3.0 e, finalmente, o projeto foi aprovado”.

Esta foi a primeira saga da instituição para conseguir materializar o sonho antigo, porque mais obstáculos haviam de surgir, como recorda o presidente do CBES de Glória do Ribatejo.

“Ora bem, fizemos o projeto em 2015, a candidatura em 2019 e a assinatura do protocolo em 2022, até com a presença da ministra. Só que todos sabemos o que se passou entretanto. O que custava 10 passou a custar 30”, exclama, apontando outros percalços que o projeto sofreu: “Quando fomos para a fase de execução surgiram mais problemas, ou seja, o projeto que tínhamos não era para concurso público, mas para ser aprovado na Câmara. Então, contactámos outro gabinete para fazer um projeto a sério para ir a concurso público. A seguir ainda tivemos um problema grave com as infraestruturas, porque o terreno é complicado, o que nos obrigou a usar um sistema que custa mais 200 mil euros”.

O projeto que na primeira candidatura ao PARES 1.0 tinha um valor de 987 mil euros ao Pares 1.0, aquando da candidatura ao PARES 3.0 o caderno de encargos já apontava para 1,6 milhões de euros e após uma redefinição, em conjugação com a Segurança Social e a Câmara Municipal, subiu mais 400 mil euros.

“Ou seja, de 987 mil euros passámos para 1.986 euros mais IVA”, afirma Rogério Monteiro, sublinhando: “Vale a pena referir que o IVA que



estamos a pagar é de 6%, porque a Câmara considerou-nos em zona de reabilitação urbana nas quais se aplica os 6%, o que faz uma diferença de cerca de 300 mil euros”.

O líder da instituição deixa uma palavra de apreço à autarquia pela disponibilidade e sensibilidade para a situação, não se negando a apoiar sempre que foi necessário e possível.

“Negociámos com a Câmara Municipal, porque nem sempre o que ela fez é fácil de fazer e, por isso, tenho que fazer justiça à sensibilidade do presidente da Câmara. Na altura da assinatura do protocolo, disse ao presidente da Câmara que necessitávamos de cerca de 700 mil euros. A Câmara fez um protocolo connosco que diz o seguinte: a parte da Segurança Social entrava para as infraestruturas, tal como os 120 mil euros que cabem ao CBES, e a Câmara assumia o encargo do resto, para além do apoio técnico no projeto e na execução da obra. E assim tem sido. O equipamento e mobiliário ficou a cargo da autarquia, da Junta de Freguesia e do CBES, mais os 100 mil euros da Segurança Social que saem da última bonificação dada aos projetos”, revela, frisando: “Se a Câmara não entrasse numa coisa destas, não tínhamos como avançar, mas esta era a oportunidade única de trazer um investimento deste montante para o concelho, tal como lhe fiz ver”.

A possibilidade de contrair um empréstimo junto da banca não se colocou, porque, “depois, os equipamentos não rendem para pagar os empréstimos”.

“Outras instituições endividaram-se bastante e agora estão nas ruas da amargura. Mas posso dizer-lhe que para um empréstimo que fizemos de 100 mil euros estávamos a pagar 97 euros de juros e, entretanto, passou para 327 euros!”, assevera.

Com a entrada em funcionamento da ERPI, a instituição vai aproveitar para “fazer alguns ajustamentos nas outras respostas”

“O Centro de Dia vai deixar de ser para 44 e vai passar para 25, porque alguns vão passar para o lar e não se justifica ter tanta gente na resposta. E vamos alargar o SAD para 35 utentes, que são os números propostos pela Segurança Social. E nessa altura vamos, finalmente, alargar o SAD para sete dias”.

Fazer este alargamento era já um desejo em 2011 e o conceito passaria pela parceria entre várias IPSS, com o propósito de reduzir custos, mas a coisa não avançou.

“Na altura tive uma ideia que não consegui concretizar, porque não houve grande vontade. Para evitar custos, o que queria fazer era uma rotatividade entre a instituição e outras aqui à volta, como de Marinhas, Muge e Foros, e assim dava um fim-de-semana por mês a cada uma. No entanto, isso não foi possível de concretizar”, lamenta Rogério Monteiro, acrescentando: “Entretanto, abraçámos o projeto da ERPI e, estrategicamente, adiámos essa decisão para quando tivermos uma estrutura que o permita fazer, sem grandes custos para a instituição”.

Para o funcionamento da ERPI, a instituição prevê ter de contratar entre 23 a 25 pessoas, mas o presidente do CBES de Glória do Ribatejo antevê algumas dificuldades: “Não vai ser fácil contratar gente para a nova estrutura. Até agora não tem sido muito difícil, é certo que já não é como há 10 anos, mas agora, tendo em conta a rotatividade de 24 horas, as coisas não vão ser tão fáceis”.

Quando em 2011 o Solidariedade esteve na instituição, as valências eram apenas dedicadas à terceira idade. Dois anos depois surgia a creche, fruto de um financiamento do PRODOR.

“Foi um projeto de 200 mil euros que passou por uma reorganização interior do nosso edifício. Foi um aproveitamento de espaço e terminámos as obras em 2013. No entanto, só em 2015, depois de uma conversa muito dura com a Segurança Social, é que a creche entrou em funcionamento”, recorda, contando: “Nessa altura, disse-lhes que era uma vergonha o Estado pagar as obras já feitas e a valência não estar ocupada por falta de acordo de cooperação. O então diretor do Centro Distrital da Segurança Social sabia que nós não avançaríamos se não tivéssemos o acordo de cooperação. Então, arrancámos em abril e até ao ano letivo seguinte funcionámos apenas com um bebé. As coisas alteraram-se de tal forma que, hoje, se tivéssemos mais três salas estavam cheias. O primeiro acordo foi para 15, depois para 25, mais tarde 33 e agora temos a Creche Feliz, com uma capacidade máxima de 43 crianças”.

Há 11 anos, Rogério Monteiro dizia que o Centro de Dia era uma valência falida.

“E continua a ser, todos os anos dá prejuízo e pelas mesmas razões. A Segurança Social paga por utente em SAD mais do dobro do que pelo utente de Centro de Dia e o que custa mais é esta resposta. Na verdade, o que temos aqui não é um Centro de Dia, mas um pré-lar. Todas as pessoas tomam cá banho vários dias por semana, se não forem todos, algumas delas têm demência e temos que tratar delas, mas a essência da valência não é essa. O Centro de Dia é para pessoas autónomas, mas a realidade não é essa. Enquanto a Segurança Social não remodelar o Centro de Dia, será sempre uma resposta social falida”.

Sobre estes últimos 13 anos: “O balanço é extremamente positivo, porque passámos por duas crises muito profundas e, se não tivéssemos esta instituição e o apoio da Câmara Municipal, era muito mais problemática a vida das pessoas na Glória do Ribatejo”.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

CERCI “FLOR DA VIDA”

Construção colaborativa e comunitária aprovada pela autarquia do Cartaxo

A Câmara do Cartaxo cedeu um terreno na Quinta das Pratas para a construção de “habitação colaborativa e comunitária”, num investimento de 933 mil euros, com conclusão prevista para o final de 2025, anunciou o município.

Em comunicado, a câmara explica que a nova infraestrutura resulta de uma parceria entre o município do Cartaxo, no distrito de Santarém, e a CERCI Flor da Vida e visa “combater o isolamento de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, como idosos ou pessoas com deficiência”.

As obras irão começar este ano, prolongando-se até ao final de 2025. Ainda segundo a autarquia, o projeto, aprovado e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), terá 11 apartamentos, com capacidade para 30 residentes.

Na nota, a Câmara do Cartaxo salienta igualmente que o equipamento, a construir no Complexo Desportivo e Cultural da Quinta

DR



das Pratas, irá ajudar a promover um equilíbrio entre o “alojamento individual e familiar”, garantindo “a inclusão e autonomia dos residentes através “dos serviços de apoio técnico e operacional”

O presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, João Ferreira Heitor, salienta que a infraestrutura “permitirá desenvolver novas respostas na área da saúde” e criar “uma resposta social inexistente no território”.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Mais de 900 parcerias de sucesso

Mais de 40 soluções personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Assistência técnica especializada

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

Plataforma Integrada WEB

Utentes	Caixas e Pagamentos e Fornecedores
Bancos	Qualidade 3ª Idade
Rendas	Qualidade Infância e Juventude
Associados Irmãos	

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Uma em cada quatro raparigas adolescentes sofreram violência por parte do parceiro

Cerca de uma em cada quatro raparigas adolescentes que estiveram numa relação sofreu violência física ou sexual por parte do parceiro, indica um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado. “Entre as adolescentes que estiveram numa relação, quase um quarto (24%) - perto de 19 milhões - terá sofrido violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo quando completarem 20 anos de idade”, refere a análise da OMS publicada na revista científica *The Lancet Child & Adolescent Health*.

Este estudo analisa os dados existentes para fornecer, pela primeira vez, uma perspetiva da prevalência da violência física e/ou sexual sofrida por raparigas dos 15 aos 19 anos e identifica também fatores sociais, económicos e culturais que aumentam os riscos.

A OMS alerta que a violência entre parceiros pode ter impactos “devastadores na saúde, no desempenho educativo, nas relações futuras e nas perspetivas de vida dos jovens”.

Do ponto de vista da saúde, aumenta a probabilidade de lesões, depressão, perturbações de ansiedade, gravidez não planeada, infeções sexualmente transmissíveis e muitas outras condições físicas e psicológicas, salienta a

organização.

Embora os dados indiquem que a violência contra as raparigas adolescentes seja um fenómeno global, os autores destacam diferenças significativas na sua prevalência em diferentes regiões do mundo.

Com base nas estimativas da OMS, as regiões mais afetadas são a Oceânia (47%) e a África Subariana Central (40%), enquanto as taxas mais baixas se registam na Europa Central (10%) e na Ásia Central (11%).

A nova análise concluiu também que a violência contra raparigas adolescentes é mais comum em países e regiões de rendimentos mais baixos, em locais onde há menos raparigas no ensino secundário e onde têm menos direitos legais em comparação com os homens.

“O casamento infantil (antes dos 18 anos) aumenta significativamente os riscos, uma vez que as diferenças de idade dos cônjuges criam desequilíbrios de poder, dependência económica e isolamento social -- os quais aumentam a probabilidade de abusos duradouros”, alerta a OMS.

A OMS realça ainda a “necessidade urgente” de reforçar os mecanismos de apoio e as medidas de prevenção precoce adaptadas aos

adolescentes, juntamente com ações para promover os direitos das mulheres e das raparigas, como programas escolares que educam rapazes e raparigas sobre as relações saudáveis e a prevenção da violência.

“A violência entre parceiros íntimos está a começar de forma alarmantemente precoce para milhões de mulheres jovens em todo o mundo”, realça Pascale Allotey, diretor do departamento de saúde sexual e reprodutiva e investigação da OMS, citado em comunicado.

Atualmente, de acordo com a OMS, “nenhum país está no bom caminho para eliminar a violência contra as mulheres e raparigas” até à data prevista para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de 2030.

Para inverter esse cenário, a organização preconiza o fim do casamento infantil -- que afeta uma em cada cinco raparigas em todo o mundo -- e o alargamento do acesso das raparigas ao ensino secundário, fatores que considera “críticos para reduzir a violência dos parceiros contra as raparigas adolescentes”.

Este estudo não analisou outros tipos de violência, incluindo a psicológica, devido à falta de um critério internacionalmente comparável.

ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS

Elementos da família nuclear surgem como agressores predominantes

Um estudo académico sobre violência contra idosos, feito no período pré-pandemia de Covid-19, com residentes domiciliados no município de Coimbra, demonstra que esta população é, sobretudo, vítima de violência psicológica e financeira, sendo os agressores maioritariamente familiares.

Os dados, “que coincidem com resultados de outras análises sobre este tema feitas no território nacional”, constam da tese de doutoramento da professora da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESEnfC), Cristina Veríssimo, defendida este ano na Universidade Católica Portuguesa, sob o título “Violência Contra as Pessoas Idosas na Comunidade. Desafios e Prioridades para a Ação dos Enfermeiros”, revelou a ESEnfC, em comunicado.

O estudo da docente especialista em saúde pública foi aplicado a uma amostra de 427 pessoas idosas (entre os 60 e os 95 anos), e os resultados mostram que no “último ano” (ano em que responderam ao questionário), 39,4% dos inquiridos foram vítimas de algum tipo de violência.

Nesse período, verificou-se que esta população foi, sobretudo, vítima de violência psicológica (28,3%) e financeira (12,9%), seguindo-se a negligência (3,3%), a violência física (2,8%), as

lesões físicas (1,6%) e a violência sexual (0,2%), adianta a ESEnfC.

“Os números disparam quando falamos da prevalência da violência contra pessoas idosas ao longo da vida: 42,4% para a violência psicológica, 33,0% para a financeira, 15,7% para a física, 10,5% para lesões físicas e 4,9% para a violência sexual”, vinca.

Segundo a investigadora Cristina Veríssimo, citada na nota, o estudo também mostra que indivíduos “com rendimentos mais baixos estavam mais propensos aos diferentes tipos de violência analisados”, sendo que “a prevalência da violência psicológica, violência física e lesões físicas foi significativamente superior” nos idosos “com rendimentos mensais iguais ou inferiores a 500 euros”.

Além disso, “a diferença na ocorrência de violência psicológica, física e lesões físicas entre sexos foi estatisticamente significativa, sendo mais frequente entre as mulheres”.

Relativamente a idade, reportaram violência psicológica sobretudo os inquiridos mais novos, enquanto os que relataram negligência tinham idades significativamente superiores.

Segundo as habilitações literárias, a prevalência da violência física e lesões físicas foi consideravelmente mais elevada nos

indivíduos com habilitações inferiores ao 1.º ciclo do que nos que tinham o 1.º ciclo ou mais, e, em relação a violência financeira, aqueles com profissões mais qualificadas foram mais vitimizados.

Os elementos da família surgem como os agressores predominantes, nomeadamente os da família nuclear. “O marido/esposa/companheiro(a) e os descendentes (filho/filha) destacaram-se como os principais agressores na violência psicológica, seguidos do/a amigo(o)/conhecido(a)/colega/vizinho(a)”, sendo esta realidade semelhante “à encontrada na violência física e nas lesões físicas”, esclarece a docente.

Na violência financeira, os agressores foram sobretudo os filhos (homens), enquanto na violência sexual ao longo da vida (com as mulheres a serem as principais vítimas), os agressores foram sobretudo o cônjuge/companheiro(a) e ex-marido.

Cristina Veríssimo nota que, tendo os resultados deste trabalho sido anteriores ao período pandémico, os idosos “que ficaram em isolamento, ou confinadas com elementos da família e/ou cuidadores, podem ter enfrentado maior risco de violência, pelo que é necessário dar continuidade ao estudo desta problemática”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Donald Trump, o dólar e uma putativa guerra cambial

Até há poucos dias a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas parecia uma quase certeza. O abandono da corrida por Joe Biden e a emergência de Kamala Harris como candidata do partido democrático parece ter, de novo, colocado a corrida em termos competitivos. Algumas sondagens nacionais já dão Kamala Harris ligeiramente à frente de Donald Trump, a recolha de fundos pela candidata democrática está a correr bem, contudo, na meia dúzia de estados onde finalmente tudo se decide Donald Trump ainda leva vantagem. Veremos!

Se Donald Trump for eleito muita coisa vai mudar na América e no mundo. Hoje gostaria de deixar umas palavras sobre uma variável que continua a ser chave para todos nós, a saber, a cotação do dólar americano.

Donald Trump continua obcecado pelo deficit comercial americano o qual é gigantesco (começa a aproximar-se do trilião de dólares) e sistemático.

Sabemos como a cabeça de Donald Trump só funciona com modelos de soma zero, isto é, modelos em que aquilo que eu ganho é o que tu perdes, o que eu perco é o que tu ganhas.

Segundo tais modelos o deficit comercial americano é o resultado de pervasiva batota perpetrada pelos parceiros comerciais e, de todas as batotas, a mais poderosa é a deliberada manipulação cambial de modo a manter os respetivos câmbios subavaliados. Os principais suspeitos são o Japão, a China e a União Europeia.

Com câmbios artificialmente rebaixados é fácil para os suspeitos do costume exportar para os Estados Unidos ao mesmo tempo que é difícil para os Estados Unidos exportar para os países “batoteiros”, logo o deficit comercial americano é inevitável.

Donald Trump está errado, não há nenhum sinal de que o dólar esteja sobreavaliado ou de que o Japão, a China ou a zona euro prossigam políticas deliberadas de rebaixamento dos câmbios. É verdade que o dólar tem estado relativamente forte no passado recente, mas isso deve-se ao facto de os Estados Unidos terem taxas de juro mais altas do que os principais parceiros comerciais ou, no caso do Japão, significativamente mais altas. Atualmente é possível fazer dinheiro tomando dívida em yens japoneses, com taxas de juro muito baixas, comprar dólares e aplicar os dólares a taxas significativamente mais altas. Claro que se corre risco cambial (ou

compra-se proteção), contudo, ainda assim, o negócio floresce e reforça o dólar.

Não cabe aqui uma dissertação sobre as origens profundas do deficit comercial americano – quer pela lonjura da coisa quer pelo demasiado técnico do palavrório – contudo, lembrarei sempre que, como demonstraram abundantemente muitos economistas, sobretudo americanos, o país que emite a moeda de reserva internacional e que serve de referência no essencial das transações comerciais e financeiras a nível global, é tendencialmente deficitário em termos comerciais.

Mas que pode fazer a trumpiana criatura para provocar a descida da cotação do dólar?

Desde logo pode fazer uma intervenção no mercado. Os Estados Unidos têm sob a tutela da secretaria do Tesouro um fundo, o Exchange Stabilization Fund (ESF), o qual permite realizar operações de mercado com vista a regular a cotação do dólar. No caso vertente o ESF apresentar-se-ia no mercado vendendo ativos denominados em dólares e comprando ativos, por exemplo, denominados em euros o que, em princípio, tudo o mais igual, faria descer a cotação do dólar em relação ao euro.

As intervenções dos estados no mercado de câmbios são raras e não é por acaso. São caras, muitas vezes não são efetivas e, mesmo quando são efetivas, em geral, os efeitos desejados são de curta duração. Veja-se, a propósito, a recente intervenção do Banco do Japão para defender a cotação do yen, a qual terá custado 36,8 biliões de dólares com efeitos muito limitados.

O ESF americano dispõe de ativos de pouco mais que 200 biliões de dólares o que, obviamente, não garante poder de fogo para intervenções de mercado significativas. Por aí, Donald Trump não vai longe!

Se eventualmente Donald Trump não puder resolver o problema da cotação do dólar no terreno do mercado pode sempre, através de medidas administrativas, corrigir os supostos efeitos. Por exemplo, pode colocar tarifas à importação dos produtos e serviços dos países “batoteiros” as quais, fazendo subir o preço final dos produtos importados, teriam o mesmo efeito que uma desvalorização do dólar. As tarifas teriam ainda a vantagem de criar receitas para o estado. Donald Trump tem dito que irá colocar uma tarifa de 10% sobre todas as importações sendo que, no caso da China, porventura o “batoteiro-mor”, serão de 60%.

Conviria que alguém explicasse à criatura que as tarifas, mesmo descontando as prováveis retaliações, não vão resolver nada a não ser prejudicar os consumidores americanos que vão pagar mais caro por produtos e serviços importados. É tudo menos garantido que o dólar perca valor e quanto ao deficit comercial, afora alguma correção no curto prazo, é altamente provável que não encolha por aí além.

As tarifas são inflacionistas, fazem subir os preços. Com inflação mais alta é necessário ter taxas de juro mais altas e, com taxas de juro mais altas, lá regressa a atratividade do dólar como meio de investimento o que, obviamente, vai puxar para cima o câmbio do dólar, ou seja, justamente o que se queria evitar.

Claro que os efeitos das tarifas são one-off e pode dizer-se que o seu efeito inflacionista se dissipa ao fim de algum tempo. Talvez!

O problema é que, se as tarifas forem mesmo efetivas, isso vai enfraquecer as economias dos parceiros “batoteiros” e, na perspetiva trumpiana, justamente castigados. Com economias mais fracas as suas moedas tenderão a perder cotação e, concomitantemente, o dólar tenderá a ganhar.

Christine Lagarde, a atual presidente do BCE, cujos conhecimentos de teoria económica e, sobretudo, de teoria monetária são limitados, até ela (pasmese!) já veio dizer que se o BCE for obrigado a baixar as taxas de juro para proteger a economia de uma putativa fraqueza, hélas, a taxas de câmbio do euro poderão baixar.

Ou seja, mais uma vez, Donald Trump vai colher exatamente o contrário daquilo para que semeou – um dólar, provavelmente, mais forte.

Alguém se deu ao trabalho de calcular quanto teria que desvalorizar o dólar para, eventualmente, limpar o deficit comercial do tio Sam. As contas apontam para 40%. Ninguém acredita que seja possível ir tão longe de forma sustentada!

Se Donald Trump ganhar as eleições em Novembro é provável que tenhamos que enfrentar situações muito complicadas na Ucrânia, no Médio Oriente e, de uma forma geral, no posicionamento da América face ao mundo.

O que seguramente dispensávamos era uma guerra cambial!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

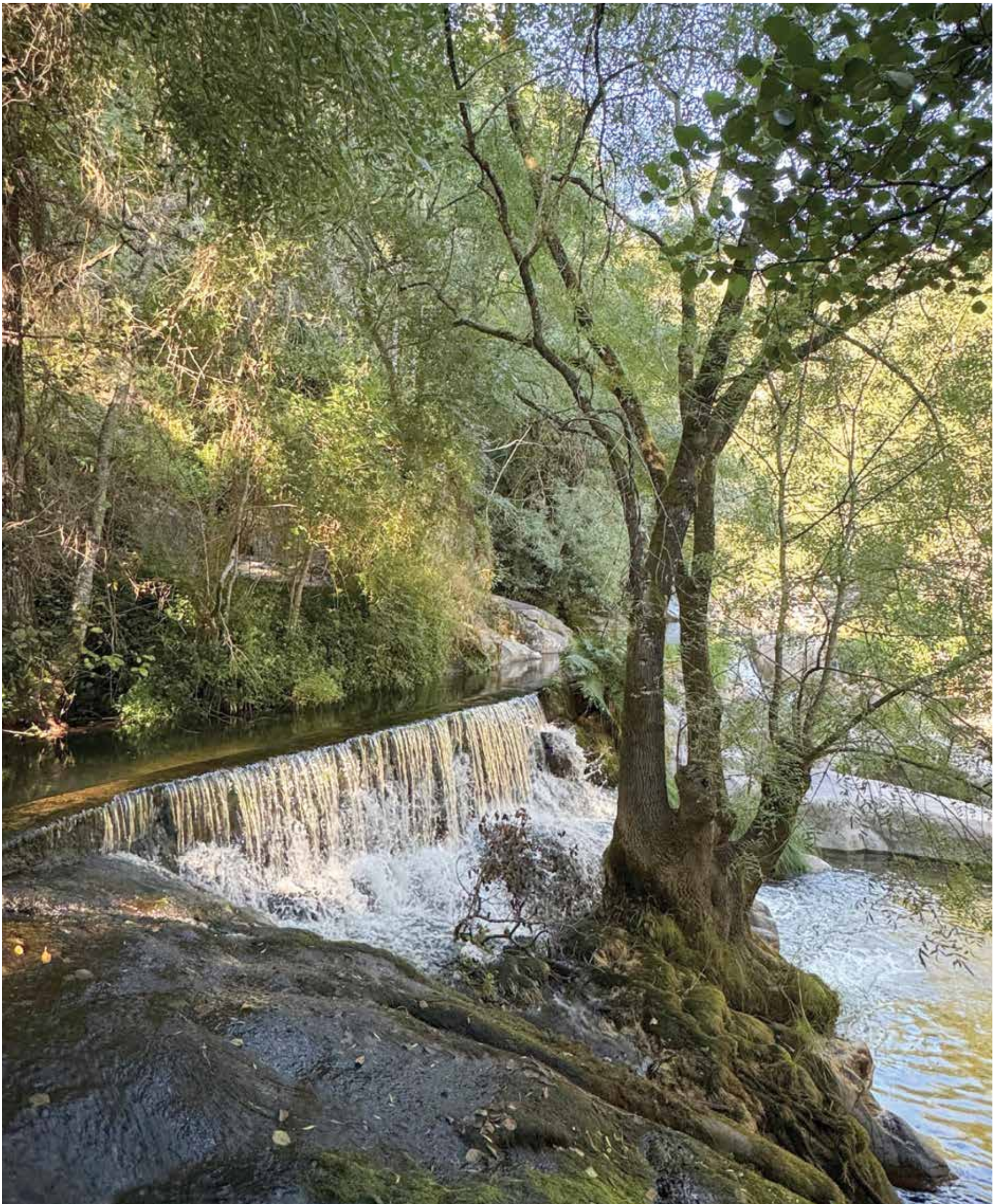
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Fonte de vida...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

O FIM DA GUERRA COLONIAL

Há 50 anos Portugal reconheceu o direito das colónias à autodeterminação

O direito das colónias portuguesas à autodeterminação e independência foi reconhecido em lei aprovada pelo Conselho de Estado fez no dia 27 de julho 50 anos, culminando um processo de resistência anticolonial iniciado em 01 de dezembro de 1957, em Paris.

O diploma aprovado pelo Conselho de Estado, órgão criado com a queda do regime de Marcello Caetano, em 25 de abril de 1974, passou à história como Lei 7/74 e foi promulgada pelo então Presidente da República, António de Spínola.

Com apenas três artigos, o diploma, datado de 27 de julho de 1974, considerava, logo no primeiro, que “a solução das guerras no ultramar é política e não militar” e que, tendo em conta o Programa do Movimento das Forças Armadas, “implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação”.

O artigo 2.º estipula que o reconhecimento do direito à autodeterminação, “com todas as suas consequências”, prevê a aceitação da independência “dos territórios ultramarinos”.

Este passo formal culminou o processo de resistência anticolonial encetado por organizações nacionalistas das então colónias portuguesas que criaram em Paris, em 01 de dezembro de 1957, o Movimento Anticolonialista (MAC).

Entre os dirigentes nacionalistas envolvidos na criação do MAC, todos estudantes na Europa, estavam ativistas ligados sobretudo à Casa dos Estudantes do Império e também à estrutura de jovens do Movimento de Unidade Democrática (MUD Juvenil), ao PCP ou ao Clube Marítimo Africano.

Fizeram parte do grupo de fundadores ativistas radicados em Paris, como o angolano Mário Pinto de Andrade, o moçambicano Marcelino dos Santos e o goês Aquino de Bragança, e na Alemanha, como o angolano Viriato da Cruz e ainda os angolanos Agostinho Neto, Edmundo Rocha, Lúcio Lara e Iko Carreira e o guineense Amílcar Cabral.

Com pouca atividade em Portugal, o MAC cedeu, em janeiro de 1960, na II Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunes, o lugar à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN).

Os nacionalistas da FRAIN passaram a responder pelos seus partidos, com Amílcar Cabral a representar o Partido Africano de Independência (PAI), que se tornou, em outubro desse ano, PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), juntando as então colónias da Guiné e Cabo Verde à sua designação, enquanto Viriato da Cruz e Lúcio Lara eram os representantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

À FRAIN viria a suceder, em 18 de abril de 1961, a mais representativa das organizações agregadoras da resistência anticolonial portuguesa:

a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

A CONCP foi criada numa reunião conjunta, em Casablanca, por representantes do PAIGC, do MPLA, da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) - que foi precursora da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) -, e do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), que já depois da independência, em 1975, viria a juntar Partido Social Democrata à sua denominação.

Na constituição da CONCP esteve presente uma delegação do Partido Popular de Goa, sob liderança de Aquino de Bragança.

O moçambicano Marcelino dos Santos foi escolhido como primeiro secretário-geral e Mário Pinto de Andrade como primeiro presidente.

A história do regime colonial aproximou-se do fim com o início da luta armada encetada na década de 1960 pelos movimentos nacionalistas na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, com o derrube do regime de Marcello Caetano, em 25 de abril de 1974, a tornar irreversível o processo das independências, a que a Lei 7/74 deu o enquadramento legal e político.

A independência da Guiné-Bissau, proclamada unilateralmente em 24 de setembro de 1973, viria a ser reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974.

Angola ascendeu à independência em 11 de novembro de 1974, seguindo-se Moçambique, em 25 de junho de 1975, Cabo Verde, em 05 de julho de 1975, e São Tomé e Príncipe, em 12 de julho de 1975.

DR



Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele